

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO SBF. S.A.

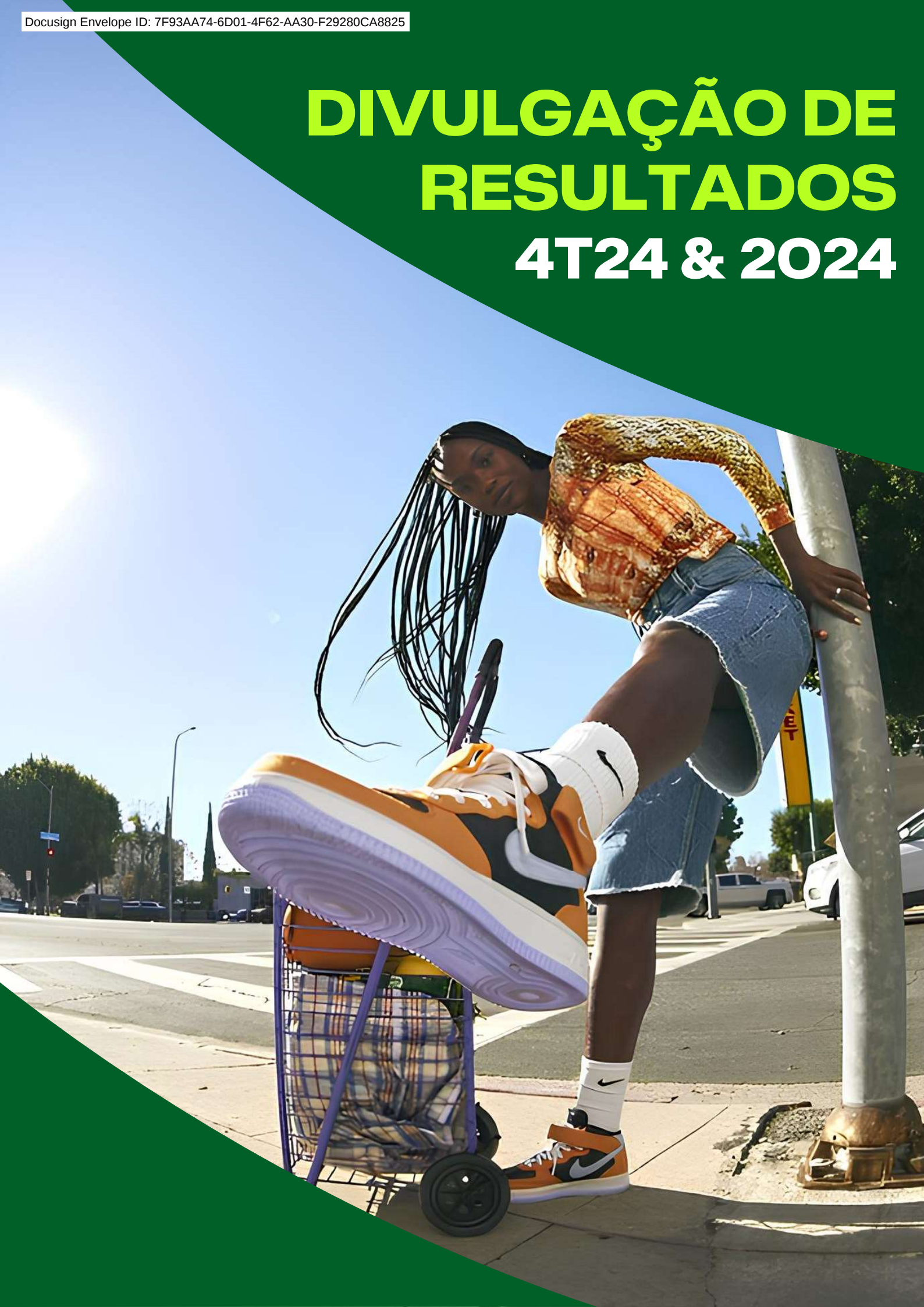
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023



CONTEÚDO

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados	3
Relatório resumido das atividades do comitê de auditoria	27
Declarações e pareceres da diretoria sobre o relatório do auditor independente	28
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	29
Balanços patrimoniais	35
Demonstrações de resultados	36
Demonstrações de resultados abrangentes	37
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	38
Demonstrações dos fluxos de caixa	39
Demonstrações de valor adicionado	40
Notas explicativas às demonstrações financeiras	41

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T24 & 2024



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T24 & 2024

São Paulo, 17 de Março de 2025

O Grupo SBF S.A. (B3: SBFG3), divulga seus resultados do quarto trimestre de 2024. As informações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas.

SBFG
B3 LISTED NM

VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

18 de Março de 2025

11h (Brasília)
10h (Nova Iorque)
14h (Londres)

**CLIQUE PARA
ACESSAR**



DESTAQUES

- RECEITA BRUTA RECORDE DE R\$ 9,0BI NO ANO DE 2024 (CAGR DE 23,0% DE 2019 A 2024).
- MARGEM BRUTA DE 43,7% EM 2024 (+2,1 P.P VS 2023), RECORDE NO PERÍODO DE 1 ANO DESDE O LICENCIAMENTO PELO GRUPO SBF.
- REDUÇÃO DE 59,0% NA DÍVIDA LÍQUIDA QUE PASSOU DE R\$721,6M EM 2023 PARA R\$295,7M EM 2024.
- MARGEM BRUTA DE 49,2% EM 2024, AUMENTO DE +2,0 P.P. VS 2023 E EM LINHA COM 2019.
- EBITDA DE R\$ 772,4M EM 2024 (+27,3% VS 2023 E CAGR DE 20,0% DE 2019 A 2024) E MARGEM EBITDA DE 10,8% (+2,1 P.P. VS 2023).
- ALAVANCAGEM: REDUÇÃO DE 2,75X DESDE O 2T23, SAINDO DE 3,13X EM 2T23 E ENCERRANDO 2024 EM 0,38X.
- LUCRO BRUTO DA CENTAURO DE R\$ 1,8M EM 2024 (+5,6% VS 2023) COM MARGEM BRUTA DE 50,0% (+0,8 P.P.), RECORDE NO PERÍODO DE 1 ANO.
- EXPANSÃO DE 83,3% NO LUCRO LÍQUIDO VS 2023, ENCERRANDO O ANO EM R\$ 417,5M (CAGR DE 22,6% DE 2019 A 2024).
- MELHORA DE 8 DIAS NO CICLO FINANCEIRO E REDUÇÃO DE 13 DIAS DE ESTOQUES NA FISIA EM COMPARAÇÃO COM DEZ/23 (168 DIAS EM 24 VS 181 DIAS EM 23).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por entregas consistentes e objetivos alcançados com êxito. Com faturamento recorde de R\$ 9,0 bilhões (CAGR de 23,0% de 2019 até 2024), ultrapassamos as metas desenhadas em nosso planejamento estratégico, e expandimos nosso lucro líquido ajustado (ex-IFRS) em 83,3% vs 2023, alcançando o marco histórico de R\$ 417,5 milhões no ano (CAGR de 22,6% de 2019 até 2024).

Além disso, encerramos o ano com margem bruta de 49,2%, crescimento de 2,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior, e em linha com 2019 – reforçando nosso compromisso com a recomposição da margem bruta após períodos de remarcações mais agressivas no segundo semestre de 2023.

Em nosso plano estratégico iniciado no 2T23, rapidamente adaptamos a estrutura de custos, e aumentamos nossa eficiência operacional através da diluição de despesas. Mesmo com a superação das metas de 2024 e o consequente provisionamento de remuneração variável condizente com esse desempenho, registramos uma redução de 0,2 pontos percentuais no indicador de SG&A/ROL (ex-IFRS). Dessa forma, alcançamos um EBITDA ajustado (ex-IFRS) de R\$ 772,4 milhões (margem de 10,8%), crescimento de 27,3% vs 2023, representando um CAGR de 20,0% de 2019 até 2024.

A alavancagem, um dos principais indicadores acompanhados ao longo do ano, recuou de 3,13x no segundo trimestre de 2023 para 1,19x ao final de 2023, atingindo 0,38x em dezembro de 2024 – patamar confortável e seguro, especialmente diante do cenário macroeconômico brasileiro. Dessa forma, reduzimos em 59,0% o endividamento da companhia – a dívida passou de R\$ 721,6 milhões em 2023 para R\$ 295,7 milhões em 2024.

Mantivemos uma gestão eficiente do capital de giro, uma de nossas frentes prioritárias, e registramos uma melhora de 8 dias no ciclo financeiro em relação ao ano anterior (-6,4%). Esse avanço reflete a otimização dos estoques, com destaque para a Fisia (181 dias em 2023 vs 168 dias em 2024), e a normalização da dinâmica de compras, principalmente na Fisia, impactando a linha de contas a pagar.

A Centauro entregou o melhor ano da sua história. Com faturamento recorde de R\$ 4,5 bilhões (+4,4% vs 2023), expandiu sua receita bruta em seus dois canais de atuação – as lojas cresceram 2,7% e o digital cresceu 11,0% vs 2023 – e atingiu sua maior margem bruta em um período de um ano (50,0%).

O ano de 2024 da Centauro foi marcado pela expansão da rentabilidade, com foco na maximização do lucro bruto por m², e na eficiência operacional. A Centauro aprimorou a precificação dos produtos, ampliou a participação de itens de maior margem nos canais físico e digital, reduziu o aging de seus estoques e implementou iniciativas como a venda de combos e expansão da categoria de vestuário no digital. Além disso, a conversão de lojas para o formato G5, a implementação de um projeto com foco em visual merchandising em parceria com marcas estratégicas, e a realização de eventos esportivos, como o circuito de corridas "Centauro Desbrava", impulsionaram o engajamento dos clientes e o crescimento do lucro bruto.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Fisia registrou receita bruta de R\$ 5,1 bilhões, crescimento de 0,4% vs 2023 e expansão de 5,6% de lucro bruto, levando sua margem bruta para 43,7% (vs 41,6% no ano anterior). Os canais DTC da Fisia apresentaram crescimento em linha com a expansão de margem, e em comparação com 2023, a receita das lojas (NVS e NDIS) cresceu 7,1% e a receita do canal digital expandiu 3,6%. Já o canal de atacado registrou decréscimo de 7,8% em seu faturamento, refletindo os ajustes na frente de estoques realizados no segundo semestre de 2023, porém com expansão de 0,5 pontos percentuais de margem bruta.

O ano de 2024 da Fisia foi marcado pela recomposição de preços e pela melhoria da rentabilidade em todos os canais, com uma expansão histórica da margem bruta. A Fisia reduziu estoques e markdowns, fortaleceu os canais DTC e aumentou a participação das vendas full price. Como parte do avanço na integração com o Grupo SBF, as lojas NVS passaram a ser abastecidas pelo centro de distribuição próprio, trazendo maior eficiência operacional. Além disso, a realização de ativações e eventos esportivos, como a Nike Run e lançamentos de produtos icônicos, reforçou o posicionamento da marca no mercado brasileiro. Como consequência, a Nike foi novamente reconhecida no prêmio Top of Mind da Folha de S. Paulo em 2024, destacando sua relevância entre os consumidores.

A omnicanalidade é um pilar estratégico para a nossa empresa, e em 2024, demos passos importantes para fortalecer a integração entre os canais das nossas unidades de negócios. Através do projeto “Troca Tudo”, a Centauro se tornou 100% omnichannel viabilizando a troca de todos os produtos comprados no e-commerce (inclusive 3P) em todas suas lojas físicas. No quarto trimestre do ano, 50% das trocas de produtos do 3P (marketplace) foram realizadas nas lojas e 78% dos clientes que utilizaram o crédito na loja efetuaram compras com valor superior ao original. Já a Fisia, em dezembro, deu seus primeiros passos em direção à omnicanalidade. Iniciou um projeto piloto que permite a troca de produtos comprados no e-commerce em qualquer loja da Nike (NVS ou NDIS). Mesmo sem divulgação ativa, já no primeiro mês, 8% das trocas foram realizadas em loja, gerando aumento no ticket médio e melhoria no NPS em relação às trocas via Correios.

Em 2025, pretendemos realizar mais avanços na Fisia para que as operações das unidades de negócio do Grupo SBF sejam 100% integradas no futuro, permitindo assim que a Centauro e a Fisia se potencializem através das suas fortalezas.

Encerramos 2024 com avanços significativos em eficiência e rentabilidade, fortalecendo as bases para um crescimento sustentável. Seguimos focados na execução estratégica e na criação de valor para nossos stakeholders, consolidando nossa liderança no mercado esportivo por meio da melhoria contínua de nossa operação e do fortalecimento de parcerias estratégicas. Com disciplina e visão de longo prazo, avançaremos de forma consistente, garantindo uma empresa resiliente e preparada para capturar oportunidades futuras.

A Diretoria
GRUPO SBF

RECEITA BRUTA E INDICADORES OPERACIONAIS

CENTAURO R\$ MIL	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
Receita Bruta ¹	1.397.557	1.336.089	4,6%	4.514.564	4.322.980	4,4%
Lojas Físicas	1.081.596	1.076.211	0,5%	3.523.087	3.430.113	2,7%
Plataforma Digital	315.960	259.878	21,6%	991.478	892.867	11,0%
Nº de Lojas – Centauro	227	225	0,9%	227	225	0,9%
Lojas Centauro G5	123	119	3,4%	123	119	3,4%
Área de Vendas - Centauro (m²)	234.551	232.656	0,8%	234.551	232.656	0,8%
Área Total G5 (m²)	150.059	147.208	1,9%	150.059	147.208	1,9%
FISIA R\$ MIL	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
Receita Bruta ¹	1.535.339	1.544.332	-0,6%	5.121.717	5.101.804	0,4%
Atacado	463.637	461.272	0,5%	1.647.213	1.788.159	-7,9%
Plataforma Digital	623.667	623.132	0,1%	2.039.433	1.973.912	3,3%
Lojas Físicas	448.035	459.928	-2,6%	1.435.071	1.339.733	7,1%
Share vendas DTC ²	55,0%	54,3%	+0,7 p.p.	53,4%	50,6%	+2,8 p.p.
Nº de Lojas - Nike Value	37	36	2,8%	37	36	2,8%
Área de Vendas - Nike Value (m²)	41.832	40.618	3,0%	41.832	40.618	3,0%
Nº de Lojas - Nike Direct Inline	9	8	12,5%	9	8	12,5%
Área de Vendas - Nike Direct Inline (m²)	5.603	4.969	12,8%	5.603	4.969	12,8%
GRUPO SBF R\$ MIL	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
Receita Bruta ¹ Total	2.744.393	2.676.586	2,5%	9.009.577	8.784.749	2,6%
Receita Bruta ¹ Centauro	1.397.557	1.336.089	4,6%	4.514.564	4.322.980	4,4%
Receita Bruta ¹ Fisia	1.535.339	1.544.332	-0,6%	5.121.717	5.101.804	0,4%
(+) Eliminação intercompany	-188.503	-203.835		-626.704	-640.035	
Share de vendas no digital	34,2%	33,0%	+1,2 p.p.	33,6%	32,6%	+1,0 p.p.

SAME STORE SALES (SSS)

CENTAURO	4T24	4T23	2024	2023	FISIA	4T24	4T23	2024	2023
SSS total (lojas + digital) ³	6,6%	-5,6%	4,7%	2,7%	SSS total (NVS + digital) ³	-2,9%	38,1%	1,4%	36,4%
SSS loja	2,2%	1,1%	3,2%	6,9%	SSS Nike Value Store	-7,6%	24,3%	-1,3%	19,8%
GMV Digital (1P + 3P) ⁴	20,5%	-18,7%	9,1%	-10,0%	GMV Digital	0,7%	45,0%	3,5%	45,3%
GMV - share da venda total	27,1%	24,0%	26,6%	25,5%					



(1) Receita Bruta excluindo devolução de mercadorias

(2) DTC considera receitas provenientes das lojas físicas e da modalidade 1P da plataforma digital;

(3) SSS (Same Store Sales) significa a variação da nossa receita desconsiderando a receita de lojas fechadas para reforma ou que não haviam sido inauguradas nos meses equivalentes dos dois períodos analisados

(4) GMV ou Gross Merchandise Value: receita de venda de mercadorias, incluindo marketplace.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Os resultados **ajustados** desconsideram os efeitos não recorrentes e quando sinalizado com “ex-IFRS” desconsideram também os impactos do IFRS-16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

CONSOLIDADO		4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
R\$ MIL							
Receita Bruta¹		2.744.393	2.676.586	2,5%	9.009.577	8.784.749	2,6%
Receita Líquida		2.172.270	2.130.141	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%
Lucro Bruto		1.046.157	984.775	6,2%	3.513.125	3.314.671	6,0%
Margem Bruta		48,2%	46,2%	2,0 p.p	49,1%	47,4%	1,7 p.p
EBITDA		284.250	290.673	-2,2%	1.008.753	916.232	10,1%
Margem EBITDA		13,1%	13,6%	-0,5 p.p	14,1%	13,1%	1,0 p.p
Lucro Líquido		135.296	127.181	6,4%	535.834	168.812	217,4%
Margem Líquida		6,2%	6,0%	0,2 p.p	7,5%	2,4%	5,1 p.p
Lucro Bruto ajustado		1.046.157	979.241	6,8%	3.519.924	3.301.706	6,6%
Margem Bruta ajustada		48,2%	46,0%	2,2 p.p	49,2%	47,2%	2,0 p.p
EBITDA ajustado		317.103	291.931	8,6%	1.070.176	897.593	19,2%
Margem EBITDA ajustada		14,6%	13,7%	0,9 p.p	15,0%	12,8%	2,2 p.p
Lucro Líquido ajustado		170.633	136.086	25,4%	403.436	183.474	119,9%
Margem Líquida ajustada		7,9%	6,4%	1,5 p.p	5,6%	2,6%	3,0 p.p
EBITDA ajustado (ex-IFRS)		236.092	211.428	11,7%	772.358	606.944	27,3%
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)		10,9%	9,9%	1,0 p.p	10,8%	8,7%	2,1 p.p
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)		170.417	141.303	20,6%	417.544	227.770	83,3%
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)		7,8%	6,6%	1,2 p.p	5,8%	3,3%	2,5 p.p
POR UNIDADE DE NEGÓCIO		4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
R\$ MIL							
 CENTAURUS	Receita Bruta¹	1.397.557	1.336.089	4,6%	4.514.564	4.322.980	4,4%
	Receita Líquida	1.105.083	1.071.156	3,2%	3.598.087	3.461.396	3,9%
	Lucro Bruto Ajustado	546.671	512.346	6,7%	1.797.267	1.701.739	5,6%
	Margem Bruta Ajustada	49,5%	47,8%	1,7 p.p	50,0%	49,2%	0,8 p.p
 FISIA	Receita Bruta¹	1.535.339	1.544.332	-0,6%	5.121.717	5.101.804	0,4%
	Receita Líquida	1.219.875	1.224.538	-0,4%	4.059.534	4.044.090	0,4%
	Lucro Bruto Ajustado	518.619	491.996	5,4%	1.774.851	1.680.979	5,6%
	Margem Bruta	42,5%	40,2%	2,3 p.p	43,7%	41,6%	2,1 p.p



(1) Receita Bruta excluindo devolução de mercadorias

AJUSTES NÃO RECORRENTES

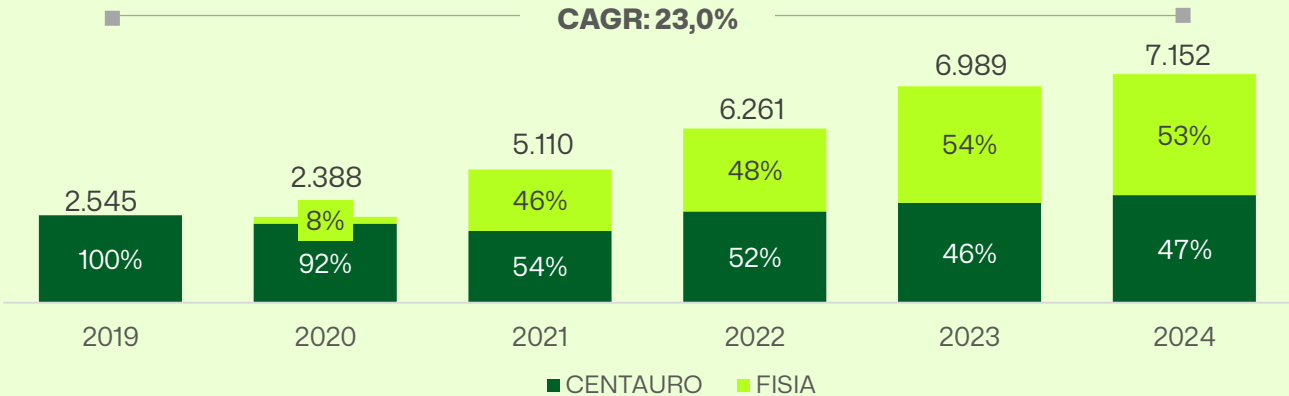
Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes apresentados abaixo para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

GRUPO SBF R\$ MIL	4T24	2024
Créditos, Débitos, Provisões Tributárias e Outras - Custo de Vendas	0	6.799
Efeitos contábeis de aquisição (PPA) - Despesas	-3.935	-15.739
Plano de Opção / Não-caixa (SOP)	3.400	11.740
Créditos, Débitos, Provisões Tributárias e Outras - Despesas	14.639	12.706
Provisões de Contenciosos Cíveis	880	20.034
Reconciliação de Depósitos Judiciais	1.626	6.082
Renovatórias Shoppings	-2.960	599
Earn-Out (M&A)	13.000	13.000
Baixa ativo imobilizado (Devolução sede administrativa)	6.204	6.204
Impacto dos efeitos não recorrentes no EBITDA	32.853	61.423
EBITDA	284.250	1.008.753
EBITDA Ajustado	317.103	1.070.176
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>14,6%</i>	<i>15,0%</i>
EBITDA (ex-IFRS)	203.239	710.935
EBITDA Ajustado (ex-IFRS)	236.092	772.358
<i>Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)</i>	<i>10,9%</i>	<i>10,8%</i>
Efeitos contábeis de aquisição (PPA) - Depreciação e Amortização	4.618	18.474
Ajuste IFRS16 (Migração Sistemica) - Depreciação	0	-8.924
Ajuste IFRS16 (Migração Sistemica) - Despesa Financeira	0	-4.009
Créditos, Débitos, Provisões Tributárias e Outras - Resultado Financeiro	-462	-201.129
Impacto dos efeitos não recorrentes no Imposto de Renda	-1.672	1.768
Impacto dos efeitos não recorrentes no Lucro Líquido	35.337	-132.398
Lucro Líquido	135.296	535.834
Lucro Líquido ajustado	170.633	403.436
<i>Margem Líquida ajustada</i>	<i>7,9%</i>	<i>5,6%</i>
Lucro Líquido (ex-IFRS)	135.079	549.942
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	170.417	417.544
<i>Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)</i>	<i>7,8%</i>	<i>5,8%</i>

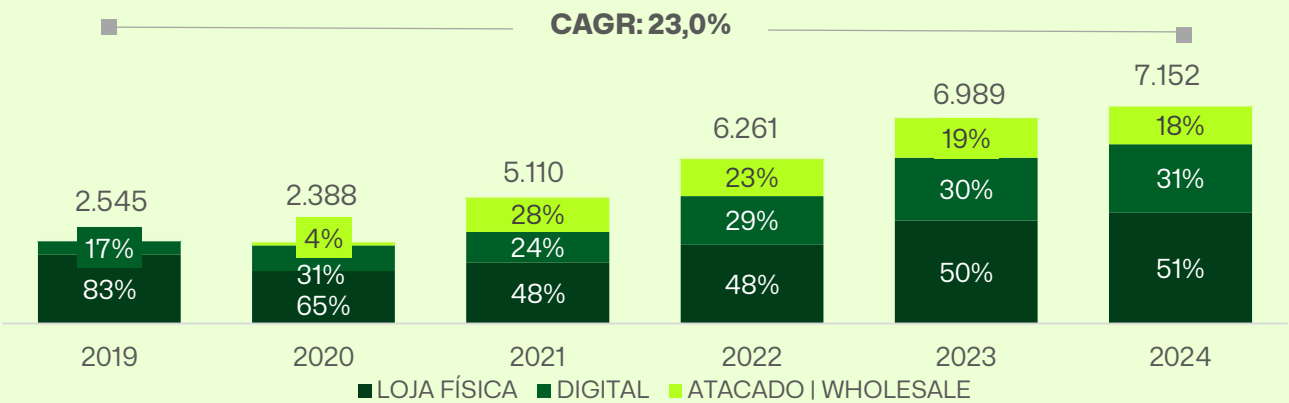
DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

R\$M

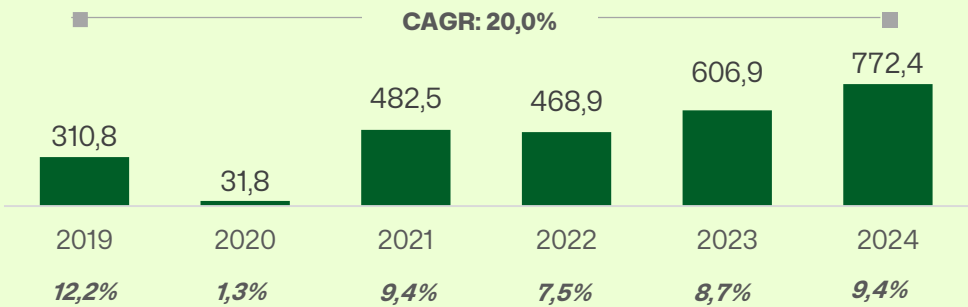
RECEITA LÍQUIDA E SHARE POR BU



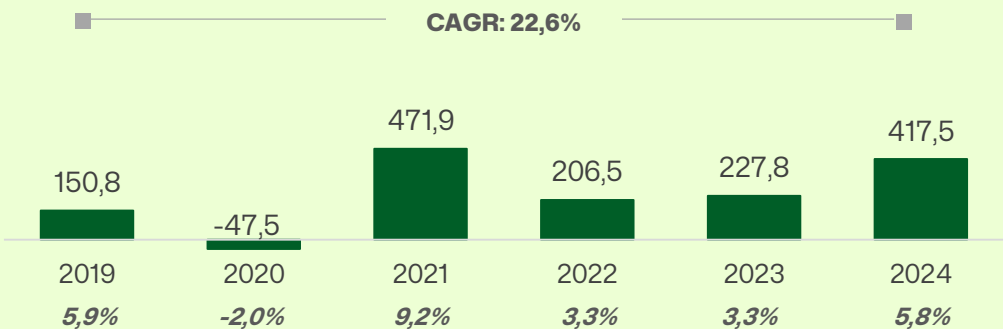
RECEITA LÍQUIDA E SHARE POR CANAL



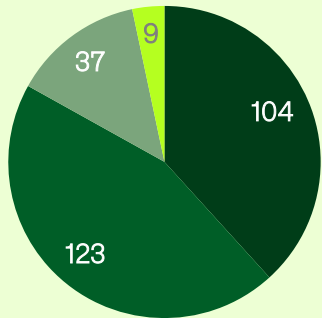
EBITDA AJUSTADO (EX-IFRS) E MARGEM EBITDA



LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (EX-IFRS) E MARGEM LÍQUIDA



FOOTPRINT 273 LOJAS NO BRASIL



■ CENTAURO TRADICIONAL
■ CENTAURO G5
■ NVS
■ NDIS



DESEMPENHO FINANCEIRO

- Conforme sinalizado ao longo desse relatório, os resultados serão explicados **desconsiderando o impacto do IFRS 16** nas despesas operacionais, no EBITDA, no resultado financeiro e no lucro líquido, tanto para o período de 2024 quanto de 2023. Com esse ajuste é possível analisar a companhia considerando a despesa de aluguel como despesa operacional.
- Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes listados na página 07. Para o quarto trimestre do ano de 2023, desconsideram-se os efeitos não recorrentes apresentados no release do 4T23.
- Os quadros de receita líquida e lucro bruto estão apresentados por unidade de negócio. Os demais quadros estão apresentados na visão consolidada do Grupo SBF.

RECEITA LÍQUIDA

R\$ MIL	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
CENTAURO	1.105.083	1.071.156	3,2%	3.598.087	3.461.396	3,9%
Lojas Físicas	859.936	866.533	-0,8%	2.827.882	2.756.911	2,6%
Plataforma Digital	245.147	204.623	19,8%	770.206	704.484	9,3%
FISIA	1.219.875	1.224.538	-0,4%	4.059.534	4.044.090	0,4%
Atacado	379.597	377.278	0,6%	1.342.075	1.455.033	-7,8%
Plataforma Digital	503.092	503.226	0,0%	1.638.435	1.581.164	3,6%
Lojas Físicas	337.187	344.034	-2,0%	1.079.024	1.007.892	7,1%
(+) Eliminação intercompany	-152.688	-165.553		-505.907	-516.815	
GRUPO SBF	2.172.270	2.130.141	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%

CENTAURO

No quarto trimestre de 2024, a receita líquida da Centauro totalizou R\$ 1,1 bilhão, crescimento de 3,2% em relação ao 4T23, com same store sales de +6,6%. No acumulado do ano, a receita líquida alcançou R\$ 3,6 bilhões, um avanço de 3,9% em relação a 2023. O faturamento por m², considerando lojas físicas e canal digital, cresceu 6,1% em 2024 em comparação a 2023. No trimestre, a Companhia manteve a disciplina na expansão da rentabilidade e na redução dos markdowns em seus canais de venda.

A receita líquida das lojas físicas totalizou R\$ 859,9 milhões no trimestre, em linha com o mesmo período de 2023 (-0,8%). No consolidado do ano, o canal registrou R\$ 2,8 bilhões, um crescimento de 2,6% em relação ao ano anterior.

No trimestre, mesmo com a recuperação da margem bruta (+1,4 pontos percentuais vs o 4T23), a receita das lojas físicas se manteve estável. Este desempenho foi beneficiado pelo aumento de 7,0% no indicador de itens por cupom no 4T24, impulsionado pela maior participação de cupons mistos, que combinam a venda de calçados com um item adicional de outra categoria. Adicionalmente, foi inaugurada mais uma loja G5, localizada no Shopping Plaza Sul, em São Paulo.

A receita líquida do canal digital alcançou R\$ 245,1 milhões no trimestre, um crescimento de 19,8% em relação ao 4T23, com expansão de GMV (1P + 3P) de 20,5%. No acumulado do ano, a receita líquida foi de R\$ 770,2 milhões, aumento de 9,3% em comparação com 2023. O desempenho do canal digital no trimestre foi impulsionado pelo crescimento das categorias de vestuário e calçados de corrida na modalidade 1P e pelo incremento de 12,0% nas vendas durante a Black Friday, mesmo com menor níveis de markdowns em relação ao 4T23.

RECEITA LÍQUIDA

FISIA

A Fisia apresentou receita líquida de R\$ 1,2 bilhão no quarto trimestre de 2024, retração de 0,4% vs o 4T23. No acumulado do ano, a Fisia atingiu R\$ 4,1 bilhões de receita líquida, crescimento de 0,4% vs o mesmo período de 2023.

No trimestre, a Fisia contou com uma forte base de comparação (+26,4% no 4T23 vs o 4T22), devido à redução dos estoques através dos markdowns agressivos iniciados no 3T23. Apesar disso, os canais DTC da Fisia apresentaram receita líquida em linha com o mesmo período do ano anterior, o que evidencia a aceitação dos produtos Nike tanto nas lojas físicas quanto no e-commerce, mesmo com a normalização dos preços.

As lojas físicas atingiram R\$ 337,2 milhões de receita líquida no trimestre, retração de 2,0% vs o 4T23, frente a robusta base de comparação de 61,4% do 4T23 vs o 4T22. No acumulado do ano, o canal registrou R\$ 1,1 bilhão de receita líquida, expansão de 7,1% vs o mesmo período de 2023. Apesar da forte base de comparação mencionada, as lojas NDIS apresentaram desempenho positivo no trimestre, impulsionadas pelo crescimento de 9,8% das vendas durante a Black Friday e 11,1% no Natal.

A plataforma digital (modalidades 1P e 3P) da Fisia registrou R\$ 503,1 milhões de receita líquida no trimestre, se mantendo em linha com o ano anterior, mesmo sobre a forte base de comparação de 53,5% (4T23 vs 4T22). No acumulado do ano, o canal registrou R\$ 1,6 bilhão de receita líquida, expansão de 3,6% vs o mesmo período de 2023. No trimestre, o resultado foi impulsionado pelo crescimento de 4,7% das vendas na modalidade 1P, mesmo em um cenário de recuperação de preços. Além disso, a plataforma digital, considerando as modalidades 1P e 3P, registrou uma expansão de 16,4% no período do Natal em relação a 2023.

Por sua vez, o atacado registrou receita líquida de R\$ 379,6 milhões no trimestre, crescimento de 0,6% vs o mesmo período de 2023. No acumulado do ano, o canal registrou R\$ 1,3 bilhão de receita líquida, retração de 7,8% vs o mesmo período de 2023.

O resultado do trimestre no canal foi favorecido por uma melhora operacional em dezembro, que permitiu o faturamento de 100% das carteiras previstas para o mês. No entanto, é importante destacar a dinâmica de compras do canal, uma vez que, neste trimestre, a Companhia faturou vendas realizadas para clientes wholesalers no início de 2023 – período em que esses clientes operavam com estoques mais elevados e enfrentavam um ambiente de markdowns mais agressivos nos canais DTC da Fisia. Diante desse contexto, a Companhia espera uma retomada gradual do canal no segundo semestre de 2025.

LUCRO BRUTO

R\$ MIL	4T24 ajustado	4T23 ajustado	Δ(%)	2024 ajustado	2023 ajustado	Δ(%)
CENTAURO						
Lucro Bruto	546.671	512.346	6,7%	1.797.267	1.701.739	5,6%
Margem Bruta	49,5%	47,8%	1,7 p.p	50,0%	49,2%	0,8 p.p
FISIA						
Lucro Bruto	518.619	491.996	5,4%	1.774.851	1.680.979	5,6%
Margem Bruta	42,5%	40,2%	2,3 p.p	43,7%	41,6%	2,1 p.p
(+) Eliminação intercompany	-19.133	-25.100		-52.194	-81.012	
GRUPO SBF						
Lucro Bruto	1.046.157	979.241	6,8%	3.519.924	3.301.706	6,6%
Margem Bruta	48,2%	46,0%	2,2 p.p	49,2%	47,2%	2,0 p.p

CENTAURO

A Centauro atingiu 49,5% de margem bruta no quarto trimestre, expansão de 1,7 pontos percentuais vs o mesmo período de 2023, com crescimento de 6,7% de lucro bruto. No acumulado do ano, a margem bruta atingiu o nível recorde de 50,0% na história da Centauro, com expansão de 5,6% de lucro bruto.

Seguindo a estratégia do ano, voltada à maximização da margem bruta, todos os canais da Centauro registraram expansão de margem. No trimestre, categorias de alta representatividade, como calçados, apresentaram crescimento de margem, com destaque para a categoria de tênis de corrida, que expandiu sua margem em 5,0 pontos percentuais em relação ao 4T23. No canal digital, a estratégia de maior rentabilização da categoria de vestuário contribuiu positivamente para a margem, que alcançou seu nível mais alto em um período de Black Friday.

FISIA

A Fisia apresentou expansão de 5,4% de lucro bruto no trimestre, em comparação ao 4T23. No ano consolidado, o lucro bruto aumentou 5,6%. Em relação à margem bruta, no 4T24, a Fisia registrou 42,5% de margem, e assim como a Centauro, no ano de 2024 contou com a margem recorde de 43,7% desde o seu licenciamento pelo Grupo SBF.

No trimestre, alinhada à estratégia de normalização de preços para o ano, a Fisia aumentou a rentabilidade dos canais DTC (digital + lojas físicas), e registrou a Black Friday mais rentável de sua história. A expansão de margem também foi impulsionada pelo crescimento das vendas online na modalidade 3P, que apresentou um aumento de 4,8 pontos percentuais nas plataformas digitais parceiras.

DESPESAS OPERACIONAIS

AJUSTADO

R\$ MIL	4T24 ajustado	4T23 ajustado	Δ(%)	2024 ajustado	2023 ajustado	Δ(%)
Despesas Operacionais	-729.054	-687.310	6,1%	-2.449.747	-2.404.113	1,9%
% Receita Líquida	33,6%	32,3%	1,3 p.p	34,3%	34,4%	-0,1 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-81.010	-80.502	0,6%	-297.818	-290.649	2,5%
Despesas Operacionais (ex-IFRS)	-810.064	-767.812	5,5%	-2.747.565	-2.694.762	2,0%
% Receita Líquida	37,3%	36,0%	1,3 p.p	38,4%	38,6%	-0,2 p.p
Vendas (ex-IFRS)	-652.026	-641.097	1,7%	-2.328.771 ¹	-2.307.239	0,9%
% Receita Líquida	30,0%	30,1%	-0,1 p.p	32,6%	33,0%	-0,4 p.p
Gerais e Administrativas (ex-IFRS)	-156.654	-112.161	39,7%	-436.643 ¹	-397.706	9,8%
% Receita Líquida	7,2%	5,3%	1,9 p.p	6,1%	5,7%	0,4 p.p
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas (ex-IFRS)	-1.383	-14.555	-90,5%	17.849	10.183	75,3%



Despesas operacionais apresentadas excluindo Depreciação e Amortização.

(1) Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R\$ 65,9 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

No quarto trimestre de 2024, o SG&A (ex-IFRS) representou 37,3% da receita líquida. No ano, as despesas (ex-IFRS) totalizaram R\$ 2,7 bilhões, em linha (+2,0%) com o patamar de despesas do ano passado, e representaram 38,4% da receita líquida, uma diluição de 0,2 p.p. (vs 2023).

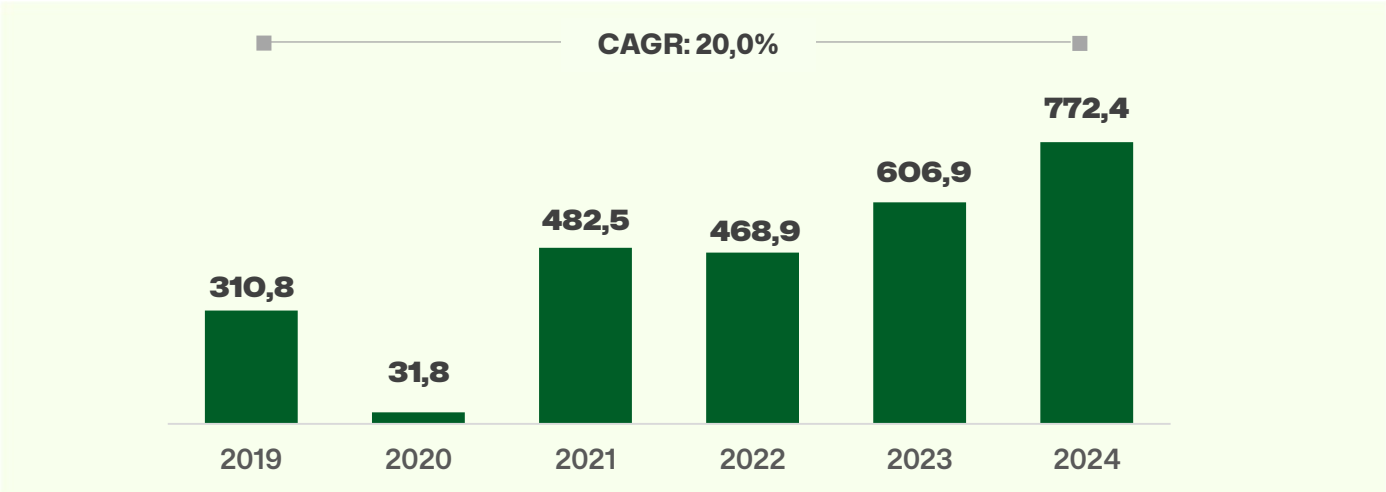
No quarto trimestre, as despesas com vendas apresentaram incremento de 1,7%, percentual abaixo do crescimento da receita líquida da Companhia neste período. Quanto às despesas gerais e administrativas, o principal incremento deve-se ao provisionamento de remuneração variável – de acordo com os resultados atingidos no ano de 2024. Vale destacar que, ao longo do ano, a Companhia manteve o mercado atualizado sobre o progresso do atingimento de metas e, a partir do 2T24, o provisionamento passou a ser realizado de maneira uniforme entre os trimestres (33,0% do montante total no 4T23).

No acumulado do ano, desconsiderando a provisão de remuneração variável, as despesas operacionais apresentariam redução em relação a 2023, explicada principalmente pela internalização da operação logística da Fisica que gerou redução relevante na linha de serviços de terceiros em 2024.

EBITDA

AJUSTADO

R\$ MIL	4T24 ajustado	4T23 ajustado	Δ(%)	2024 ajustado	2023 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	170.633	136.086	25,4%	403.436	183.474	119,9%
(+) Imposto de renda e CSS	13.283	1.545	n.a	-10.467	-8.170	28,1%
(+) Resultado financeiro líquido	-63.057	-77.675	-18,8%	-269.163	-339.018	-20,6%
(+) Depreciação e amortização	-96.696	-79.716	21,3%	-387.110	-366.931	5,5%
(=) EBITDA	317.103	291.931	8,6%	1.070.176	897.593	19,2%
Margem EBITDA	14,6%	13,7%	0,9 p.p	15,0%	12,8%	2,2 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-81.010	-80.502	0,6%	-297.818	-290.649	2,5%
EBITDA (ex-IFRS)	236.092	211.428	11,7%	772.358	606.944	27,3%
Margem EBITDA (ex-IFRS)	10,9%	9,9%	1,0 p.p	10,8%	8,7%	2,1 p.p



O EBITDA do Grupo SBF totalizou R\$ 236,1 milhões no quarto trimestre de 2024, crescimento de 11,7% vs o mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA alcançou 10,9%, expansão de 1,0 pontos percentuais vs o 4T23. No ano, a Companhia alcançou EBITDA de R\$ 772,4 milhões, aumento de 27,3% vs 2023 e a margem EBITDA passou de 8,7% para 10,8% (+2,1 p.p.).

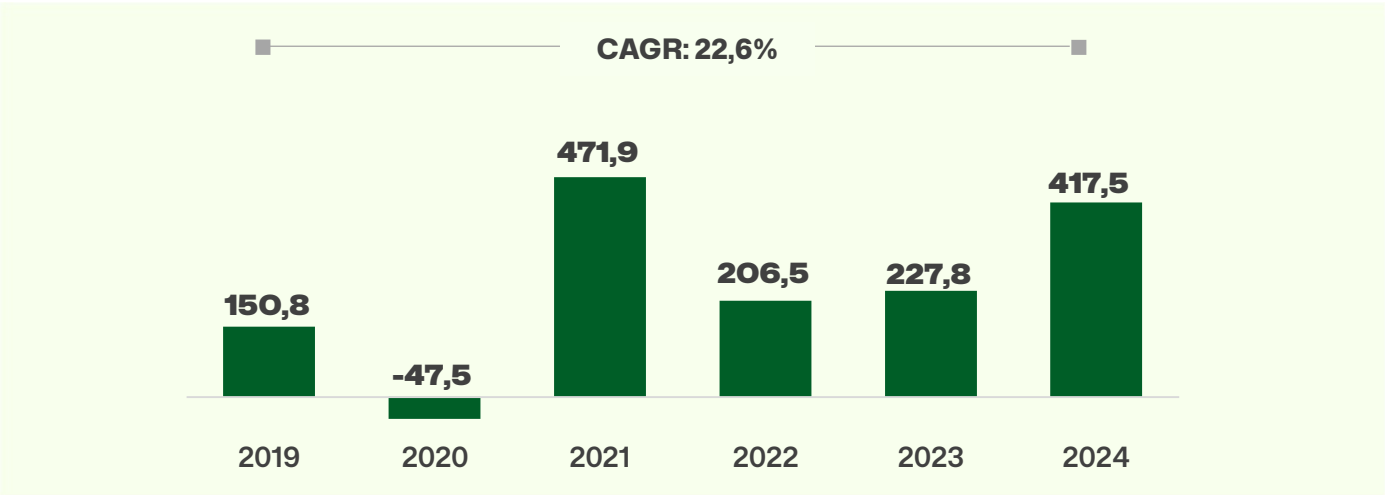
O EBITDA foi positivamente impactado pela estratégia da Companhia focada na rentabilidade e na expansão contínua da margem bruta, que avançou 2,2 pontos percentuais em relação ao 4T23 e compensou o aumento das despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) como percentual da receita líquida, conforme detalhado na página anterior.

É importante reforçar que os indicadores demonstrados acima desconsideram os impactos não recorrentes citados na página 7.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

AJUSTADO

R\$ MIL	4T24 ajustado	4T23 ajustado	Δ(%)	2024 ajustado	2023 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	170.633	136.086	25,4%	403.436	183.474	119,9%
Margem Líquida	7,9%	6,4%	1,5 p.p	5,6%	2,6%	3,0 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-81.010	-80.502	0,6%	-297.818	-290.649	2,5%
(+) Depreciação e Amortização Direito de Uso (IFRS16)	46.574	53.157	-12,4%	187.179	205.206	-8,8%
(+) Despesas Financeiras Direito de Uso (IFRS16)	34.905	33.283	4,9%	128.323	134.400	-4,5%
(+) Imposto de Renda (IFRS16)	-685	-721	-5,0%	-3.576	-4.662	-23,3%
Lucro Líquido (ex-IFRS)	170.417	141.303	20,6%	417.544	227.770	83,3%
Margem Líquida (ex-IFRS)	7,8%	6,6%	1,2 p.p	5,8%	3,3%	2,5 p.p



O lucro líquido do Grupo SBF totalizou R\$ 170,4 milhões no quarto trimestre, com margem líquida de 7,8% (+1,2 p.p.), e crescimento de 20,6%, quando comparado com o mesmo período de 2023.

O lucro líquido no trimestre foi impulsionado pelo crescimento de 11,7% do EBITDA, resultante da expansão da margem bruta, e pela melhoria de 36,6% no resultado financeiro em relação ao 4T23, devido à redução do endividamento e ao consequente menor nível de despesas financeiras.

Além disso, o lucro foi favorecido pelo pagamento de Juros Sobre Capital Próprio Intercompany no valor de R\$ 28,9 milhões, que acarretou em um impacto positivo na alíquota de imposto de renda do período.

No acumulado do ano, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 417,5 milhões, aumento de 83,3% vs 2023. A margem líquida passou de 3,3% para 5,8%, expansão de 2,5 pontos percentuais.

É importante reforçar que os indicadores demonstrados acima desconsideram os impactos não recorrentes citados na página 7.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

R\$ MIL	31/12/2024	31/12/2023	Δ(%)
Contas a receber	1.771.289	1.597.414	10,9%
Tributos e IR a compensar	300.299	429.716	-30,1%
Estoques	1.665.936	1.699.339	-2,0%
Outros Ativos Circulantes	140.072	86.341	62,2%
	3.877.596	3.812.810	1,7%
Outras contas a pagar	210.054	213.679	-1,7%
Fornecedores de revenda	1.147.769	1.154.277	-0,6%
Obrigações Tributárias	625.743	359.469	74,1%
Arrendamento a pagar	244.853	182.918	33,9%
Obrigações Trabalhistas	259.307	174.290	48,8%
Outras Obrigações	148.459	97.953	51,6%
	2.636.185	2.182.586	20,8%
Capital de Giro Líquido	1.241.411	1.630.224	-23,9%

➤ O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa e Dívida e incluindo Antecipação de Recebíveis. A linha "outras obrigações" compreende também os parcelamentos tributários que até o quarto trimestre de 2023 eram considerados no cálculo do endividamento.

O Grupo SBF registrou uma redução de 23,9% no capital de giro líquido em relação à 2023, totalizando R\$ 1,2 bilhão em 2024. O capital de giro foi impactado pelos fatores abaixo:

- Contas a receber: aumento explicado pelo crescimento da receita no período e por uma maior flexibilização na política de parcelamentos nas lojas e e-commerce atrelada às campanhas de Black Friday e Natal.
- Tributos e IR a compensar: explicado principalmente por um maior consumo de créditos de ICMS na operação da Fisia, referente ao período anterior à implementação do corredor de importação.
- Obrigações tributárias: incremento explicado pelas provisões para o pagamento do DIFAL (Diferencial de Alíquota). A contrapartida destas provisões está em depósitos judiciais (ativo não circulante). Estas contas devem ser compensadas nos próximos períodos.
- Outros Ativos Circulantes: incremento decorrente da normalização da dinâmica de compras na Fisia – em 2023, o menor volume de compras resultou em um saldo de royalties menor. Consequentemente, a conta de contrapartida de royalties a apropriar, alocada na linha de Outros Ativos Circulantes, também foi impactada.
- Arrendamento a pagar: impacto proveniente da revisão de contratos em razão da realização de benfeitorias em imóveis, além da apropriação de juros próprios do período.
- Obrigações trabalhistas: incremento devido ao maior provisionamento de remuneração variável.
- Outras obrigações: variação resultante de um maior saldo de cartões-presente e vale-troca já emitidos aos clientes, porém ainda não utilizados.

FLUXO DE CAIXA

R\$ MIL	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
EBITDA	284.250	290.673	-2,2%	1.008.753	916.232	10,1%
Depreciação e Juros IFRS 16	-81.479	-86.440	-5,7%	-315.502	-339.607	-7,1%
Variação Capital de Giro ¹	327.751	689.006	-52,4%	388.813	-160.345	342,5%
Outros	-57.310	51.813	-210,6%	-132.196	94.446	-240,0%
Fluxo de Caixa Operacional	473.211	945.051	-49,9%	949.869	510.726	86,0%
M&A	0	0	n.a	-13.225	0	n.a
CAPEX	-114.339	-48.798	134,3%	-261.110	-257.664	1,3%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-114.339	-48.798	134,3%	-274.335	-257.664	6,5%
Dívida ²	-100.413	-158.382	-36,6%	-486.819	237.278	-305,2%
Antecipação de Recebíveis	0	-24.840	n.a	0	0	n.a
Dividendos	0	0	n.a	-42.284	-33.085	27,8%
Capital	0	0	n.a	1.454	348	317,8%
Recompra de Ações	-27.086	0	n.a	-27.086	0	n.a
Fluxo de Caixa de Financiamentos	-127.499	-183.222	-30,4%	-554.735	204.541	-371,2%
Fluxo de Caixa	231.373	713.032	-67,6%	120.799	457.603	-73,6%

- (1) Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;
 (2) Inclui valor líquido entre pagamento e novas captações de dívidas.

A Companhia registrou fluxo de caixa operacional de R\$ 473,2 milhões no 4T24, frente a R\$ 945,1 milhões no 4T23. Em contrapartida, no ano de 2024, o fluxo de caixa operacional contou com expansão de 86,0% vs 2023, totalizando R\$ 949,9 milhões no ano.

Vale destacar que a Companhia apresentou geração de caixa em todos os trimestres de 2024, diferente do ocorrido em 2023 (período no qual a maior geração de caixa ocorreu apenas no 4T23), refletindo a otimização do capital de giro e a expansão do EBITDA em linha com a estratégia adotada para o ano.

O fluxo de caixa de investimentos totalizou R\$ -114,3 milhões no trimestre, um aumento de 134,3% (vs 4T23), e R\$ 274,3 milhões no ano, um aumento de 6,5% (vs 2023). Os investimentos realizados pela Companhia são explicados principalmente pelo CAPEX do período abordado na página 19.

A variação de 30,4% observada no fluxo de caixa de financiamentos é explicada pelo pagamento de dívidas e juros, sem a necessidade de captações adicionais, no montante de R\$ 100,4 milhões, e pela recompra de ações da própria Companhia no valor de R\$ 27,1 milhões conforme o programa aprovado em 13/12/2024.

ENDIVIDAMENTO

R\$ MIL	31/12/2024 ajustado	31/12/2023 ajustado	Δ(%)
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.292.368	1.597.500	-19,1%
(-) Caixa e Equivalentes	996.713	875.914	13,8%
(=) Dívida Líquida	295.655	721.586	-59,0%
Dívida Líquida ./EBITDA Aj. (Últ. 12 meses)	0,28x	0,8x	-0,52x
Dívida Líquida / EBITDA Aj. (ex-IFRS) (Últ. 12 meses)	0,38x	1,19x	-0,81x

 (1) Não considera parcelamento de impostos.

O Grupo SBF encerrou o ano de 2024 com uma redução de 59,0% da dívida líquida, reforçando o compromisso estratégico da Companhia com a redução da dívida através da geração de caixa e da otimização do Capital de Giro Líquido.

A alavancagem passou de 1,19x em 31/12/2023 para 0,38x em 31/12/2024. Em comparação ao 2T23, a Companhia reduziu sua alavancagem em 2,75x (de 3,13x para 0,38x).

A variação observada no período reflete a geração de caixa no ano no montante de R\$996,7 milhões, bem como o pagamento de dívidas captadas anteriormente reduzindo em 19,1% o saldo de empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, não ocorreram novas captações de dívida nem antecipações de recebíveis.

INVESTIMENTOS - CAPEX

R\$ MIL	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
Novas Lojas	3.212	3.970	-19,1%	12.564	44.031	-71,5%
Reformas	46.148	910	n.a	58.163	10.665	n.a
Tecnologia e Inovação	37.596	26.831	40,1%	126.716	119.244	6,3%
Logística	12.371	5.439	127,4%	27.409	52.607	-47,9%
Outros	15.012	11.648	28,9%	36.257	31.117	16,5%
Total Investimentos	114.339	48.798	134,3%	261.110	257.664	1,3%

O CAPEX totalizou R\$ 114,3 milhões no 4T24, aumento de 134,3% em comparação com o 4T23. No ano, o CAPEX totalizou R\$ 261,1 milhões, aumento de 1,3% vs 2023.

No trimestre, o CAPEX foi impulsionado principalmente pelo aumento dos investimentos em revitalizações e manutenções de lojas tradicionais da Centauro. Além disso, os investimentos em projetos logísticos da Fisia impactaram as linhas de Logística e Tecnologia e Inovação. No 4T24, a Centauro inaugurou uma loja no formato G5 no Shopping Plaza Sul, em São Paulo.

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ MIL	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	8.945.967	8.614.447
Circulante	4.874.554	4.688.724
Caixa e equivalentes de caixa	996.713	875.914
Contas a receber	1.605.473	1.597.414
Derivativos	165.816	0
Tributos a compensar	264.496	390.649
Imposto de renda e contribuição social a compensar	35.803	39.067
Estoques	1.665.936	1.699.339
Dividendos a receber	245	0
Outras contas a receber	140.072	86.341
Não Circulante	4.071.413	3.925.723
Tributos a compensar	129.402	187.811
IR e CS a compensar	24.809	23.487
Mútuos a receber	9.844	10.071
Ativo fiscal diferido	698.756	755.531
Depósitos judiciais	619.380	411.312
Outros valores a receber	46.827	54.757
Investimentos	4.350	4.080
Imobilizado	649.918	610.429
Intangível	529.226	523.591
Direito de uso	1.358.901	1.344.654
Passivo	8.945.967	8.614.447
Circulante	3.222.231	2.841.671
Fornecedores	1.147.769	1.154.277
Empréstimos e financiamentos	49.405	28.710
Debêntures	409.190	595.294
Instrumentos financeiros derivativos	573	87.804
Obrigações tributárias	620.546	358.963
IR e CS a recolher	5.197	506
Impostos parcelados	44.078	31.677
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	259.307	174.290
Dividendos a pagar	127.451	35.081
Arrendamentos a pagar	244.853	182.918
Outras contas a pagar	209.481	125.875
Outras Obrigações	104.381	66.276
Não Circulante	2.711.392	3.231.190
Empréstimos e financiamentos	123.385	172.444
Debêntures	710.388	801.052
Impostos parcelados	197.885	64.396
Provisões para contencioso	201.372	605.207
IR e CS diferidos	12.046	11.019
Arrendamentos a pagar	1.380.089	1.410.966
Outras Obrigações	75.772	91.660
Outras contas a pagar	10.455	74.446
Patrimônio Líquido	3.012.344	2.541.586
Capital social	1.832.326	1.830.872
Reservas de capital	283.003	271.263
Reservas de incentivo	867.456	458.561
Ajustes de avaliação patrimonial	68.599	-26.958
Prejuízos acumulados	133	643
Dividendos Propostos	0	7.205
Ações em Tesouraria	-39.173	0

FLUXO DE CAIXA

R\$ MIL	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos impostos	548.069	189.829
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	428.000	415.282
Juros	328.726	369.129
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	-735	-380
Resultado de equivalência patrimonial	-515	922
Pagamento baseado em ações	11.740	9.735
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	11.001	2.155
Baixa residual arrendamentos	-3.778	-7.438
Provisão para obsolescência do estoque	51.953	68.602
Constituição líquida de provisão para contencioso	-338.810	69.822
Descontos sobre arrendamentos	-1.719	-2.259
	1.033.932	1.115.399
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	-7.324	113.969
Estoques	-18.550	-30.939
Instrumentos financeiros derivativos	-21.032	4.169
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	230.749	264.232
Depósitos judiciais	-208.068	-119.639
Outras contas a receber	-45.801	8.226
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	-14.399	-403.489
Obrigações tributárias	259.557	163.309
Parcelamentos de tributos	131.987	-24.421
Instrumentos financeiros derivativos ²	-87.231	22.503
Contingências pagas	-65.025	-24.328
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	85.017	-17.561
Outras contas a pagar	7.528	-79.994
Outras Obrigações	22.217	-118.789
Variação nos ativos e passivos:	269.625	-242.752
Juros pagos sobre financiamentos	-25.463	-34.051
Juros pagos sobre debêntures	-161.938	-170.014
Imposto de renda e contribuição social pagos	-46.221	-43.172
Caixa líq. das atividades operacionais	1.069.935	625.410
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	-138.662	-126.465
Adições no intangível	-121.446	-133.162
Caixa líq. das atividades de investimento	-260.108	-259.627
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	0	194.248
Empréstimos e financiamentos pagos	-597.426	-339.753
Emissão de debêntures	298.008	586.848
Arrendamentos Pagos	-321.960	-316.786
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.454	348
Recebimento de contrato de mútuo	266	0
Dividendos pagos	-42.284	-33.085
Recompra de ações	-27.086	0
Caixa líq. das atividades de financiamento	-689.028	91.820
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	120.799	457.603
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	875.914	418.311
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	996.713	875.914

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

IFRS						
R\$ MIL	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
Receita líquida	2.172.270	2.130.141	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.126.113	-1.145.366	-1,7%	-3.638.589	-3.674.000	-1,0%
Lucro bruto	1.046.157	984.775	6,2%	3.513.125	3.314.671	6,0%
Despesas Operacionais	-761.907	-694.102	9,8%	-2.504.372	-2.398.439	4,4%
Despesas de vendas	-577.110	-550.750	4,8%	-1.976.120	-2.010.719	-1,7%
Despesas administrativas e gerais	-175.670	-129.673	35,5%	-545.343	-398.937	36,7%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-9.127	-13.679	-33,3%	17.091	11.217	52,4%
Depreciação e amortização	-101.314	-84.334	20,1%	-396.659	-385.405	2,9%
Lucro (Prejuízo) operacional	182.936	206.339	-11,3%	612.094	530.827	15,3%
Receitas financeiras	80.568	47.832	68,4%	221.530	249.367	-11,2%
Despesas Financeiras	-143.163	-128.535	11,4%	-285.555	-590.365	-51,6%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-62.595	-80.703	-22,4%	-64.025	-340.998	-81,2%
Lucro antes dos impostos	120.341	125.636	-4,2%	548.069	189.829	188,7%
IR e CS	14.955	1.545	n.a	-12.235	-21.017	-41,8%
Lucro líquido do período	135.296	127.181	6,4%	535.834	168.812	217,4%

IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES						
R\$ MIL	4T24 ajustado	4T23 ajustado	Δ(%)	2024 ajustado	2023 ajustado	Δ(%)
Receita líquida	2.172.270	2.130.141	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.126.113	-1.150.900	-2,2%	-3.631.790	-3.686.965	-1,5%
Lucro bruto	1.046.157	979.241	6,8%	3.519.924	3.301.706	6,6%
Despesas Operacionais	-729.054	-687.310	6,1%	-2.449.747	-2.404.113	1,9%
Despesas de vendas	-584.005	-568.288	2,8%	-2.056.375¹	-2.060.194	-0,2%
Despesas administrativas e gerais	-143.662	-104.467	37,5%	-415.137¹	-361.542	14,8%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-1.386	-14.554	-90,5%	21.765	17.622	23,5%
Depreciação e amortização	-96.696	-79.716	21,3%	-387.110	-366.931	5,5%
Lucro (Prejuízo) operacional	220.408	212.216	3,9%	683.067	530.662	28,7%
Receitas financeiras	48.453	47.832	1,3%	162.253	247.355	-34,4%
Despesas Financeiras	-111.510	-125.507	-11,2%	-431.416	-586.374	-26,4%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-63.057	-77.675	-18,8%	-269.163	-339.018	-20,6%
Lucro antes dos impostos	157.351	134.541	17,0%	413.904	191.644	116,0%
IR e CS	13.283	1.545	n.a	-10.467	-8.170	28,1%
Lucro líquido do período	170.633	136.086	25,4%	403.436	183.474	119,9%

(1) Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R\$ 65,9 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EX-IFRS

R\$ MIL	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
Receita líquida	2.172.270	2.130.140	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.126.113	-1.145.366	-1,7%	-3.638.589	-3.674.000	-1,0%
Lucro bruto	1.046.157	984.774	6,2%	3.513.125	3.314.671	6,0%
Despesas Operacionais	-842.917	-774.604	8,8%	-2.802.190	-2.689.088	4,2%
Despesas de vendas	-645.131	-623.558	3,5%	-2.248.516	-2.257.764	-0,4%
Despesas administrativas e gerais	-188.662	-137.367	37,3%	-566.849	-435.101	30,3%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-9.124	-13.679	-33,3%	13.175	3.778	248,7%
Depreciação e amortização	-54.740	-31.177	75,6%	-209.480	-180.199	16,2%
Lucro (Prejuízo) operacional	148.499	178.993	-17,0%	501.454	445.384	12,6%
Receitas financeiras	93.083	53.194	75,0%	234.045	249.367	-6,1%
Despesas Financeiras	-120.773	-100.614	20,0%	-169.747	-455.965	-62,8%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-27.690	-47.420	-41,6%	64.298	-206.598	131,1%
Lucro antes dos impostos	120.809	131.573	-8,2%	565.752	238.787	136,9%
IR e CS	14.270	824	n.a	-15.811	-25.679	-38,4%
Lucro líquido do período	135.079	132.398	2,0%	549.942	213.108	158,1%

EX-IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

R\$ MIL	4T24 ajustado	4T23 ajustado	Δ(%)	2024 ajustado	2023 ajustado	Δ(%)
Receita líquida	2.172.270	2.130.140	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.126.113	-1.150.900	-2,2%	-3.631.790	-3.686.965	-1,5%
Lucro bruto	1.046.157	979.240	6,8%	3.519.924	3.301.706	6,6%
Despesas Operacionais	-810.064	-767.812	5,5%	-2.747.565	-2.694.762	2,0%
Despesas de vendas	-652.026	-641.097	1,7%	-2.328.771¹	-2.307.239	0,9%
Despesas administrativas e gerais	-156.654	-112.161	39,7%	-436.643¹	-397.706	9,8%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-1.383	-14.555	-90,5%	17.849	10.183	75,3%
Depreciação e amortização	-50.121	-26.558	88,7%	-199.931	-161.725	23,6%
Lucro (Prejuízo) operacional	185.971	184.870	0,6%	572.427	445.219	28,6%
Receitas financeiras	60.968	53.194	14,6%	174.769	247.355	-29,3%
Despesas Financeiras	-89.120	-97.585	-8,7%	-315.609	-451.973	-30,2%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-28.152	-44.391	-36,6%	-140.840	-204.618	-31,2%
Lucro antes dos impostos	157.819	140.479	12,3%	431.587	240.601	79,4%
IR e CS	12.598	824	n.a	-14.043	-12.831	9,4%
Lucro líquido do período	170.417	141.303	20,6%	417.544	227.770	83,3%

(1) Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R\$ 65,9 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

SOBRE O GRUPO SBF

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista *omnichannel* do Brasil, com 100% das operações de lojas física e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. Em fevereiro de 2021, outra unidade de negócio entrou para compor o ecossistema de esporte do Brasil: a NWB, maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil. Ainda em 2021, criamos a SBF Ventures. Em 2022, foi concluído o processo de investimento: na Onefan, um *superapp* para torcedores de clubes de futebol, que permite concentrar serviços e experiências exclusivas; na X3M, empresa especializada na organização de corridas e eventos esportivos e na FitDance, a maior plataforma de dança no Brasil. No Grupo SBF, acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.



José Salazar



Victoria Machado Buono



Luna Romeu



Luísa Milan



João Marques

ri.gruposbf.com.br | ri@gruposbf.com.br



Aviso Legal

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

GRUPO
SBF

RELATÓRIO RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria do Grupo SBF S.A. ("Companhia") foi constituído e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 ("Comitê").

O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 03 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno").

O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, informações intermediárias e demonstrações financeiras.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 2 (dois) membros com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor.

2. ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social.

3. PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de março de 2025.

Membros

Luiz Carlos Nannini

Luiz Alberto Quinta

Eduardo Rogatto Luque

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, concordando e autorizando sua conclusão nesta data.

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opinião expressos no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

São Paulo, 14 de março de 2025.

Pedro Zemel - Diretor Presidente

José Luís Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Grupo SBF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Grupo SBF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

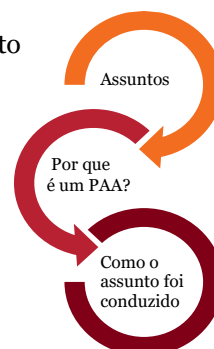
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Grupo SBF S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 4(c) e 13.2) As controladas da Companhia possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R\$ 686.710 mil. As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem, conforme divulgado na Nota 13.2. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros. Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 14.2(c))

As controladas da Companhia são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R\$ 153.914 mil, em 31 de dezembro de 2024.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências, incluindo a adesão ao programa de parcelamento.

Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e



Grupo SBF S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 14.2(c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação. Considerando a complexidade do ambiente tributário, dos valores em discussão e a relevância dos débitos fiscais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	prognósticos de perda dos processos tributários em andamento. Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Grupo SBF S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Grupo SBF S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Grupo SBF S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Rodrigo Lobenwein Marcatti
Auditoria por RODRIGO LOBENWEIN MARCATTI 0000739857
CPF: 0505073857
Hora da assinatura: 17 March 2025 18:45 BRT
O: ICF Brasil, Cx: Secretário da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC-SEBRAE-RFB-UF

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador CRC 1MG091301/O-2

Grupo SBF S.A.
Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)



Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
Circulante		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.369	1.248	996.713	875.914
Contas a receber	7	6.033	16.998	1.605.473	1.597.414
Estoques	8	-	-	1.665.936	1.699.339
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	165.816	-
Tributos a compensar	10	902	825	264.496	390.649
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	557	-	35.803	39.067
Juros sobre capital próprio a receber	25	-	1.256	-	-
Dividendos a receber	24	149.715	173.080	245	-
Outros ativos	12	1.331	1.417	140.072	86.341
Total do ativo circulante		198.907	194.824	4.874.554	4.688.724
Não circulante					
Tributos a compensar	10	-	-	129.402	187.811
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	-	-	24.809	23.487
Mutuos a receber		9.844	10.071	9.844	10.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	698.756	755.531
Depósitos judiciais	14	-	118	619.380	411.312
Outros ativos	12	46.504	50.535	46.827	54.757
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.946	-	-
Total do realizável a longo prazo		56.348	63.670	1.529.018	1.442.969
Investimentos	15	2.942.227	2.433.348	4.350	4.080
Imobilizado	16	384	433	649.918	610.429
Intangível	17	1.144	1.714	529.226	523.591
Direito de uso	18	-	-	1.358.901	1.344.654
Total do ativo não circulante		3.000.103	2.499.165	4.071.413	3.925.723
Total do ativo		3.199.010	2.693.989	8.945.967	8.614.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores	19	1.368	1.337	1.095.552	1.091.681
Fornecedores - risco sacado	19	-	-	52.217	62.596
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	49.405	28.710
Debêntures	20	-	-	409.190	595.294
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	573	87.804
Arrendamentos a pagar	18	-	-	244.853	182.918
Obrigações tributárias	21	180	394	620.546	358.963
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	5.197	506
Impostos parcelados	22	-	-	44.078	31.677
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	6.525	4.461	259.307	174.290
Dividendos a pagar	24	127.363	35.081	127.451	35.081
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	1.286	28	-	-
Outras contas a pagar	26	368	836	209.481	125.875
Outros passivos	27	39.254	36.460	104.381	66.276
Total do passivo circulante		176.344	78.597	3.222.231	2.841.671
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	123.385	172.444
Debêntures	20	-	-	710.388	801.052
Arrendamentos a pagar	18	-	-	1.380.089	1.410.966
Impostos parcelados	22	-	-	197.885	64.396
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	4	12.046	11.019
Provisão para riscos administrativos e judiciais	14	-	-	201.372	605.207
Outras contas a pagar	26	10.455	74.445	10.455	74.446
Outros passivos	27	-	-	75.772	91.660
Total do passivo não circulante		10.455	74.449	2.711.392	3.231.190
Patrimônio líquido					
Capital social	28	1.832.326	1.830.872	1.832.326	1.830.872
Reservas de capital		283.003	271.263	283.003	271.263
Reservas de lucros		867.456	458.561	867.456	458.561
Dividendos propostos		-	7.205	-	7.205
Ajuste de avaliação patrimonial		68.599	(26.958)	68.599	(26.958)
Ações em tesouraria		(39.173)	-	(39.173)	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.012.211	2.540.943	3.012.211	2.540.943
Participações de acionistas não controladores		-	-	133	643
Total do patrimônio líquido		3.012.211	2.540.943	3.012.344	2.541.586
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.199.010	2.693.989	8.945.967	8.614.447

Grupo SBF S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas líquidas	30	-	-	7.151.714	6.988.671
Custo das vendas e dos serviços prestados	31	-	-	(3.638.589)	(3.674.000)
Lucro bruto		-	-	3.513.125	3.314.671
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	32	-	-	(2.230.503)	(2.277.841)
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	-	-	735	380
Despesas administrativas e gerais	32	(13.340)	(14.265)	(688.354)	(517.600)
Outras (perdas) ganhos, líquidos		755	(5.958)	16.576	12.139
Resultado com equivalência patrimonial	15	548.721	187.662	515	(922)
Lucro operacional		536.136	167.439	612.094	530.827
Receitas financeiras	33	2.253	2.601	221.530	249.367
Despesas financeiras	33	(2.137)	(894)	(285.555)	(590.365)
Resultado financeiro, líquido		116	1.707	(64.025)	(340.998)
Lucro antes dos impostos		536.252	169.146	548.069	189.829
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	-	-	(6.666)	80.323
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	4	(1)	(5.569)	(101.340)
Lucro líquido do exercício		536.256	169.145	535.834	168.812
Acionistas controladores		536.256	169.145	536.256	169.145
Acionistas não controladores		-	-	(422)	(333)
		536.256	169.145	535.834	168.812
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo					
Lucro básico por ação (média ponderada)	28			2,20	0,69
Lucro diluído por ação (média ponderada)	28			2,15	0,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	536.256	169.145	535.834	168.812
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa de controlada	144.784	(40.846)	144.784	(40.846)
Outros resultados abrangentes	144.784	(40.846)	144.784	(40.846)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	(49.227)	13.888	(49.227)	13.888
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	95.557	(26.958)	95.557	(26.958)
Resultado abrangente do exercício	631.813	142.187	631.391	141.854
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	631.813	142.187	631.813	142.187
Acionistas não controladores	-	-	(422)	(333)
Resultado abrangente total	631.813	142.187	631.391	141.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)



	Atribuível aos acionistas controladores													
	Reservas de capital			Reservas de lucro			Dividendos propostos	Ajuste de avaliação patrimonial				Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado	
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio na emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais		Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros acumulados			Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.830.524	-	154.753	106.775	19.671	126.865	185.166	-	(15.157)	-	-	2.408.597	1.257	2.409.854
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169.145	169.145	(333)	168.812
Aumento de capital	348	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	348	-	348
Hedge de fluxo de caixa de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.689)	-	-	(25.689)	-	(25.689)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	13.888	-	-	13.888	-	13.888
Remuneração baseada em ações	-	-	-	9.735	-	-	-	-	-	-	-	9.735	-	9.735
Constituição de reserva	-	-	-	-	8.457	20.363	98.039	-	-	-	(126.859)	-	-	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.081)	(35.081)	-	(35.081)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	7.205	-	-	(7.205)	-	-	-
Ajuste participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(281)	(281)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.830.872	-	154.753	116.510	28.128	147.228	283.205	7.205	(26.958)	-	-	2.540.943	643	2.541.586
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.830.872	-	154.753	116.510	28.128	147.228	283.205	7.205	(26.958)	-	-	2.540.943	643	2.541.586
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	536.256	536.256	(422)	535.834
Aumento de capital	1.454	(1.454)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.454	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.454	-	1.454
Hedge de fluxo de caixa de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	144.784	-	-	144.784	-	144.784
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.227)	-	-	(49.227)	-	(49.227)
Remuneração baseada em ações	-	-	-	11.740	-	-	-	-	-	-	-	11.740	-	11.740
Recompra de ações por controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.173)	-	(39.173)	-	(39.173)
Constituição de reservas	-	-	-	-	26.813	-	382.082	-	-	-	(408.895)	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(7.205)	-	-	-	(7.205)	-	(7.205)
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(127.361)	(127.361)	(88)	(127.449)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.832.326	-	154.753	128.250	54.941	147.228	665.287	-	68.599	(39.173)	-	3.012.211	133	3.012.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)



Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	536.252	169.146	548.069	189.829
Ajustado por:				
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	16, 17	619	620	210.281
Depreciação do direito de uso	18	-	-	217.719
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	20	-	-	27.352
Juros e custo de captção sobre debêntures	20	-	-	154.335
Juros sobre mútuos		(39)	(35)	(39)
Juros sobre parcelamento de tributos	22	-	-	13.903
Juros sobre pagamentos em atrasos	33	1.593	-	1.593
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	-	-	(735)
Juros sobre atraso de impostos	33	-	-	5.033
Resultado de equivalência patrimonial	15	(548.721)	(187.662)	(515)
Remuneração baseado em ações		-	5.540	11.740
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	16, 17	-	-	11.001
Resultado da baixa residual arrendamentos	18	-	-	(3.778)
Provisão para obsolescência do estoque	8	-	-	51.953
Juros sobre arrendamento mercantil	18	-	-	126.549
Descontos sobre arrendamentos	18	-	-	(1.719)
Constituição (liquida das reversões) de provisão para riscos administrativos e judiciais	14	-	-	(338.810)
		(10.296)	(12.391)	1.033.932
Variações em:				1.115.399
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	7	10.965	13.487	(7.324)
Estoques	8	-	-	(18.550)
Instrumentos financeiros derivativos Ativo	9	-	-	(21.032)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	10	(634)	(605)	230.749
Depósitos judiciais	14	118	(4)	(208.068)
Outros ativos	12	4.117	(4.831)	(45.801)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	19	(1.562)	16	(4.020)
Fornecedores - risco sacado	19	-	-	(10.379)
Obrigações tributárias	21	(214)	464	259.557
Parcelamentos de tributos	22	-	-	131.987
Instrumentos financeiros derivativos passivo	9	-	-	(87.231)
Contingências pagas	14	-	-	(65.025)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	2.064	4.031	85.017
Outras contas a pagar	26	(64.458)	(84.618)	7.528
Outros passivos		2.794	2.109	22.217
Variação nos ativos e passivos:		(46.810)	(69.951)	269.625
				(242.752)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(46.221)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	20	-	-	(25.463)
Juros pagos sobre debêntures	20	-	-	(161.938)
Caixa líquido (utilizado nas) gerados pela atividades operacionais		(57.106)	(82.342)	1.069.935
				625.410
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	16	-	-	(138.662)
Adições no intangível	17	-	-	(121.446)
Dividendos recebidos	25	147.519	88.237	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		147.519	88.237	(260.108)
				(259.627)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	20	-	-	-
Emissão de debêntures	20	-	-	298.008
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	20	-	-	(597.426)
Juros sobre capital próprio recebido		1.256	-	-
Arrendamentos pagos	18	-	-	(321.960)
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.454	348	1.454
Recompra de ações		-	-	(27.086)
Partes relacionadas		1.258	(125)	-
Integralização de capital em controlada		(13.242)	(6.300)	-
Recebimento de contrato de mútuo		266	-	266
Dividendos pagos		(42.284)	(33.085)	(42.284)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(51.292)	(39.162)	(689.028)
				91.820
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		39.121	(33.267)	120.799
				457.603
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	1.248	34.515	875.914
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6	40.369	1.248	996.713
				875.914
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		39.121	(33.267)	120.799
				457.603
Transações que não afetaram caixa				
Adição ao imobilizado e intangível	16	-	-	6.298
Derivativos	9	95.557	-	95.556
Recompra de ações	15	39.173	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações de valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	755	-	9.062.465	8.845.602
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	9.004.803	8.808.089
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	735	380
Outras receitas	755	-	56.927	37.133
Insumos adquiridos de terceiros	(2.568)	(3.526)	(5.894.971)	(5.965.104)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(4.510.219)	(4.557.801)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.568)	(3.107)	(1.329.964)	(1.368.582)
Perda de valores ativos	-	(419)	(54.788)	(38.721)
Valor adicionado bruto	(1.813)	(3.526)	3.167.494	2.880.498
Depreciação e amortização	(619)	(619)	(425.976)	(415.150)
Valor adicionado líquido	(2.432)	(4.145)	2.741.518	2.465.348
Valor recebido em transferência	550.974	190.263	222.045	248.445
Resultado de equivalência patrimonial	548.721	187.662	515	(922)
Receitas financeiras	2.253	2.601	221.530	249.367
Outras receitas operacionais	-	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	548.542	186.118	2.963.563	2.713.793
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	7.729	13.316	853.750	737.504
Remuneração direta	6.589	11.373	520.421	501.289
Benefícios	1.140	1.943	287.053	190.166
FGTS	-	-	46.276	46.049
Impostos, taxas e contribuições	2.296	2.127	1.001.622	883.886
Federais	2.047	1.849	353.347	359.346
Estaduais	-	-	614.630	490.611
Municipais	249	278	33.645	33.929
Remuneração de capitais de terceiros	2.261	1.530	572.357	923.591
Despesas financeiras (juros)	1.785	326	14.513	239.782
Aluguéis	-	-	123.598	111.432
Outras	476	1.204	434.246	572.377
Remuneração de capital próprio	536.256	169.145	535.834	168.812
Dividendos	127.361	42.286	127.361	42.286
Lucro líquido do período	408.895	126.859	408.895	126.859
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(422)	(333)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3".

As demonstrações financeiras do Grupo SBF S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendem a Companhia controladora, Grupo SBF S.A., e suas controladas denominadas em conjunto "Grupo" ou "Grupo SBF".

O Grupo SBF, por meio de suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto, tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, da marca "Nike", a produção audiovisual e a produção de filmes para publicidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2025.

As controladas do Grupo SBF em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentadas abaixo:

Controladas	Participação societária				Atividade
	DIRETA		INDIRETA		
	2024	2023	2024	2023	
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("SBF Comércio")	100,00%	100,00%	-	-	Comércio varejista
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia")	-	-	100,00%	100,00%	Comércio atacadista e varejista
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. ("Lione")	-	-	100,00%	100,00%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda. ("VBLOG")	100,00%	100,00%	-	-	Serviços logísticos
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equipatos e Acessórios Ltda. ("Premier")	100,00%	100,00%	-	-	Comércio esportivo
X3M Entretenimento S.A. ("X3M")	-	-	30,00%	30,00%	Produção de eventos esportivos
Network Participações S.A. ("Network")	100,00%	100,00%	-	-	Holding
NeoTV Prod e Com. de Cont. Audiovisual e Serv Digitais S.A. ("NeoTV")	-	-	-	100,00%	Produção audiovisual
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A. ("Acelerados")	-	-	51,00%	51,00%	Produção audiovisual
FitDance Entretenimento Ltda. ("FitDance")	-	-	100,00%	100,00%	Produção audiovisual

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão apresentadas na Nota 15.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro, (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations).

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado;

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Consolidação

O Grupo detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controladora no patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora.

2.4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos

O Grupo não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Em 2024, o Grupo avaliou as alterações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações são:

a) Alteração ao IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – “*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020.

b) Alteração ao IFRS 16/ CPC 06(R2) – Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

c) Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

A adoção dessas normas não impactou de forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo SBF.

2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

a) Alteração ao IAS 21 – Falta de conversibilidade: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

b) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

c) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros -

Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

d) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

e) IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Grupo não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.7 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões Grupo para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

A Administração determinou que o CEO do Grupo, em conjunto com a diretoria executiva, é responsável pela tomada das decisões estratégicas e análise de informações sobre os resultados operacionais, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que o Grupo possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por

segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.

Exceto pela receita bruta (Nota 30), não há informação financeira individualizada disponível. Toda a receita do Grupo é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes do Grupo estão localizados no Brasil.

Durante o exercício de 2024 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportável, visto que a receita desse segmento foi inferior a 10% do total da receita no exercício.

2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.9 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio líquido.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024

Incorporação da NeoTV pela Network

Em 1º de dezembro de 2024, foi realizada a incorporação da NeoTV, controlada indireta do Grupo SBF, pela Network, nos termos do protocolo e justificação da incorporação, avaliado a valor contábil na data base de 30 de novembro de 2024.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 17. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

b) Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Contas a receber de clientes atacado (Nota 7);
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 698.756 (R\$ 755.531 em 31 de dezembro de 2023) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas geradas pelas controladas do Grupo SBF. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas.

d) Contingências tributárias

O Grupo, através de suas controladas diretas e indiretas, mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem discussões estaduais referentes à cobrança de ICMS e multa, pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo. Há também discussões de ICMS em outros estados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

e) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

f) Julgamentos críticos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Determinação do prazo do arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou exercícios após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

Durante o exercício corrente, o efeito financeiro consolidado da revisão dos prazos de arrendamento a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação e rescisão resultou em um aumento de R\$ 139.407 nos passivos de arrendamento e ativos de direito de uso reconhecidos (sem efeito financeiro em 31 de dezembro de 2023).

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil

5.1.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios do Grupo para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas).

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, o Grupo transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que o Grupo manteve.

Com relação aos clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

O Grupo apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. O Grupo considera que este seja baixo ou superior de acordo com o *rating* de crédito publicado por agências especializadas e renomadas no mercado.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis do Grupo referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com o Grupo (não há histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado.

5.1.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20), instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 19) e passivo de arrendamento (Nota 18).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta de ajuste de avaliação patrimonial são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, contratos de *hedge*, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado.

5.2 Considerações gerais e políticas**5.2.1 Fatores de risco financeiro**

Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos

instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
a.1) Risco de mercado - moeda	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
a.2) Risco de mercado - taxa de juros	Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise de alavancagem
b) Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
		Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ ratings
c) Risco de liquidez	Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, o Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

a.1) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial do Grupo dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Derivativos operacionais – Notional (NDF)	(1.306.684)	(1.438.615)

O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de “Outros resultados abrangentes”. Em 31 de dezembro de 2024, foi apurado ganho, líquido de impostos, de R\$ 68.599 (perda de R\$ 26.958 em 31 de dezembro de 2023). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Instrumento de hedge				Objeto de hedge	
Vencimentos	Moeda	Notional	Valor justo	Operação	Vencimentos estimados
De 10/01/2025 a 21/01/2026	USD	(1.306.684)	165.243	Pedido de Importações de mercadorias	De 10/01/2025 a 21/01/2026
Total consolidado		(1.306.684)	165.243		

Valor justo

No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pelo Grupo, através de sua controlada indireta Fisia, em 31 de dezembro de 2024, sendo que todos possuem a finalidade de proteção à variação nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco do impacto da variação cambial sobre os passivos oriundos das compras de mercadorias de terceiros.

Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo máximo de vencimento	Contraparte
NDF	(178.345)	Comprado	19.524	21/01/2026	ABC
NDF	(585.469)	Comprado	90.520	21/01/2026	Bradesco
NDF	(1.003)	Comprado	77	21/01/2026	BTG
NDF	(160.338)	Comprado	16.261	21/01/2026	HSBC Brasil
NDF	(43.149)	Comprado	5.022	21/01/2026	Itaú
NDF	(309.866)	Comprado	20.554	21/01/2026	Santander
NDF	(212.232)	Comprado	15.152	21/01/2026	Votorantim
NDF	3.611	Vendido	(120)	21/01/2026	ABC
NDF	11.306	Vendido	(12)	21/01/2026	Bradesco
NDF	119.212	Vendido	(650)	21/01/2026	BTG
NDF	25.522	Vendido	(34)	21/01/2026	HSBC Brasil
NDF	162	Vendido	(6)	21/01/2026	Itaú
NDF	23.669	Vendido	(1.048)	21/01/2026	Santander
NDF	236	Vendido	3	21/01/2026	XP
Total	(1.306.684)		165.243		

a.2) Risco de taxa de juros

Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os arrendamentos, empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pelo Grupo. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo corresponde a:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (Nota 6)	916.019	783.551
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(172.790)	(201.154)
Debêntures (Nota 20)	(1.119.578)	(1.396.346)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.624.942)	(1.593.882)

Análise de sensibilidade

O risco do Grupo decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, o Grupo utilizou o CDI do índice DI da B3 (12,15% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

			Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
	2024	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras (Nota 6)	916.019	111.296	139.120	166.944	83.472	55.648
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(172.790)	(20.994)	(26.243)	(31.491)	(15.746)	(10.497)
Debêntures (Nota 20)	(1.119.578)	(136.029)	(170.036)	(204.044)	(102.022)	(68.015)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.624.942)	(197.430)	(246.788)	(296.145)	(148.073)	(98.715)

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e do atacado e por aplicações financeiras.

O risco de crédito do Grupo são as administradoras de cartão de crédito e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 86,7% dos recebíveis no balanço do Grupo (88,5% em 31 de dezembro de 2023), enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 13,2% (11,5% em 31 de dezembro de 2023). Todas as vendas do Grupo nas lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado.

O Grupo registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há risco de perda) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, o Grupo não tem apresentado perdas na realização do contas a receber.

A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada na Nota 7.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos (Nota 6)	30	1.194	35.738	52.740
Meios de pagamento (Nota 6)	-	-	44.956	39.623
Aplicações financeiras (Nota 6)	40.339	54	916.019	783.551
Contas a receber (Nota 7)	-	-	1.605.473	1.597.414
Outros ativos (Nota 12)	47.835	51.952	186.899	141.098
Depósitos judiciais (Nota 14)	-	118	619.380	411.312
Total	88.204	53.318	3.408.465	3.025.738

Devido à característica de seu negócio, o Grupo não possui níveis diferenciados de risco de crédito do contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo mantém contratos de antecipação de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía saldo de antecipação de recebíveis (R\$ 109.345 em 31 de dezembro de 2023).

O Grupo monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses é de R\$ 1.029.369 (R\$ 1.087.874 em 31 de dezembro de 2023).

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações a curto prazo	(3.222.231)	(2.841.671)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	996.713	875.914
Contas a receber (Nota 7)	1.605.473	1.597.414
Instrumentos financeiros derivativos - ativo (Nota 9)	165.816	-
Total	(454.229)	(368.343)
Patrimônio líquido	3.012.344	2.541.586
Índice de endividamento líquido	15%	14%

As obrigações a curto prazo representam o total do passivo circulante.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

O Grupo acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista por meio de venda da carteira de recebíveis.

Assim, o Grupo utiliza os recursos das vendas do exercício para quitar as compras feitas no exercício anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo.

A maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão no longo prazo, sendo que 35,5% serão liquidados no curto prazo, ou seja, em até 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 1,99% anual.

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	1.095.552	1.095.552	871.781	223.771	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	52.217	52.217	19.021	33.196	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	172.790	212.192	12.364	56.163	61.801	81.864	-
Debêntures (Nota 20)	1.119.578	1.304.427	57.096	452.316	458.758	336.257	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.624.942	2.240.398	53.625	277.997	632.393	501.307	775.076
Impostos parcelados (Nota 22)	241.963	241.963	8.339	38.107	39.719	84.948	70.850
Outras contas a pagar (Nota 26)	219.936	219.936	209.481	-	10.455	-	-
Total	4.526.978	5.366.685	1.231.707	1.081.550	1.203.126	1.004.376	845.926

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	1.091.681	1.092.723	962.136	130.587	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	46.731	15.865	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	201.154	263.348	5.955	46.783	67.579	143.031	-
Debêntures (Nota 20)	1.396.346	1.626.501	46.222	663.761	461.102	455.416	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.593.884	2.150.277	52.910	271.805	589.729	518.926	716.907
Impostos parcelados (Nota 22)	96.073	107.850	8.629	28.832	29.394	40.956	39
Outras contas a pagar (Nota 26)	200.321	200.321	200.321	-	-	-	-
Total	4.642.055	5.503.616	1.322.904	1.157.633	1.147.804	1.158.329	716.946

Os fluxos de saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

5.2.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A gestão de capital ocorre considerando os montantes consolidadas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	172.790	201.154
Debêntures (Nota 20)	1.119.578	1.396.346
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(996.713)	(875.914)
Dívida líquida	295.655	721.586
Total do patrimônio líquido	3.012.344	2.541.586
Capital total	3.307.999	3.263.172
Índice de alavancagem financeira	9%	22%

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado de R\$ 1.652.323 (R\$ 1.847.053 em 31 de dezembro de 2023) e lucro antes dos impostos consolidado de R\$ 548.069 (R\$ 189.829 em 31 de dezembro de 2023).

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Valor justo versus valor contábil - Consolidado

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O Grupo possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial do Grupo, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2024 e 2023:

		Consolidado 31/12/2024		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	-	35.738	-	35.738
Meios de pagamento (Nota 6)	-	44.956	-	44.956
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	916.019	916.019	-
Contas a receber (Nota 7)	-	1.605.473	-	1.605.473
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	165.816	165.816	-
Depósitos judiciais (Nota 14)	-	619.380	-	619.380
Total		3.387.382	1.081.835	2.305.547
Passivos				
Fornecedores (Nota 19)	-	1.095.552	-	1.095.552
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	-	52.217	-	52.217
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	-	172.790	-	172.790
Debêntures (Nota 20)	-	1.119.578	-	1.119.578
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	573	573	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	-	1.624.942	-	1.624.942
Impostos parcelados (Nota 22)	-	241.963	-	241.963
Total		4.307.615	573	4.307.042

		Consolidado 31/12/2023		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	-	52.740	-	52.740
Meios de pagamento (Nota 6)	-	39.623	-	39.623
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	783.551	783.551	-
Contas a receber (Nota 7)	-	1.597.414	-	1.597.414
Depósitos judiciais (Nota 14)	-	411.312	-	411.312
Total		2.884.640	783.551	2.101.089
Passivos				
Fornecedores (Nota 19)	-	1.091.681	-	1.091.681
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	-	62.596	-	62.596
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	-	201.154	-	201.154
Debêntures (Nota 20)	-	1.396.346	-	1.396.346
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	87.804	87.804	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	-	1.593.884	-	1.593.884
Impostos parcelados (Nota 22)	-	96.073	-	96.073
Total		4.529.538	87.804	4.441.734

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, os meios de pagamentos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário – “CDB” remunerados por taxas que variam aproximadamente em 97,01% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – “CDI” para aplicações diárias (89,99% em 31 de dezembro de 2023).

6.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	-	7.148	6.292
Bancos	30	1.194	28.590	46.448
Meios de pagamento (a)	-	-	44.956	39.623
Aplicações financeiras	40.339	54	916.019	783.551
Total	40.369	1.248	996.713	875.914

- (a) Meios de pagamento referem-se às carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas do contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Administradora de cartão de crédito (a)	-	-	1.392.790	1.414.484
Duplicatas a receber - atacado / serviços	-	-	212.820	183.802
Subtotal	-	-	1.605.610	1.598.286
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 25)	6.033	16.998	-	-
Subtotal	6.033	16.998	1.605.610	1.598.286
Provisão para perda esperada do contas a receber	-	-	(137)	(872)
Total	6.033	16.998	1.605.473	1.597.414

- (a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. O Grupo possui contratos que permitem a venda de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações são efetuadas sempre que o Grupo entende que tem a necessidade de caixa imediato.

O valor das comissões sobre as operações de vendas de recebíveis realizadas ao longo do ano, sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 33 no montante de R\$ 45 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 16.669 em 31 de dezembro de 2023).

As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	(872)	(1.435)
Constituição	(1.720)	(5.154)
Reversão	2.331	4.049
Perda efetiva	124	1.485
Baixas	-	183
Saldo final	(137)	(872)

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2024	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado / serviços	212.820	0,06%	(137)	Não
Recebíveis de varejo	1.392.790	0,00%	-	Não
Total	1.605.610		(137)	

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2023	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	25	100,00%	(25)	Sim
Recebíveis de atacado / serviços	183.777	0,43%	(847)	Não
Recebíveis de varejo	1.414.484	0,00%	-	Não
Total	1.598.286		(872)	

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos acima de 120 dias	2.455	7.692
Vencidos de 91 a 120 dias	189	1.047
Vencidos de 61 a 90 dias	337	1.392
Vencidos de 31 a 60 dias	764	1.271
Vencidos até 30 dias	1.943	5.951
A vencer até 30 dias	689.048	769.361
A vencer de 31 a 60 dias	340.321	318.513
A vencer de 61 a 90 dias	211.279	188.263
A vencer de 91 a 120 dias	118.478	121.482
A vencer de 121 a 180 dias	123.881	112.818
A vencer de 181 a 365 dias	116.915	70.496
Total	1.605.610	1.598.286

8. ESTOQUES – CONSOLIDADO

8.1 Política contábil

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda.

O ajuste ao valor realizável dos estoques do Grupo é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas.

8.2 Composição

	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Mercadoria de revenda (lojas)	483.803	640.882
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	975.344	1.001.403
Importação em andamento	216.645	67.195
Almoxarifado	14.670	10.545
Subtotal	1.690.462	1.720.025
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(24.526)	(20.686)
Total	1.665.936	1.699.339

(*) Os saldos originalmente apresentados nessas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As alterações foram de “Mercadoria de revenda (lojas)” para “Mercadoria de revenda (centros de distribuição)”. As mudanças mencionadas não alteram o total de estoques na respectiva data base.

Movimentação das perdas nos valores realizáveis

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	(20.686)	(8.613)
Adição	(51.953)	(68.602)
Perdas efetivas nos estoques	48.113	56.529
Saldo final	(24.526)	(20.686)

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – CONSOLIDADO

9.1 Política contábil

A contratação e operação de hedge do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge).

As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Ativo	165.816	-
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Passivo	(573)	(87.804)
Total	165.243	(87.804)

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de proteção e não como investimentos especulativos.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR – CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS (a)	237.854	363.354
PIS	21.029	31.342
COFINS	96.997	140.401
IRRF	28.996	32.268
INSS	8.850	10.731
Outros	172	364
Total	393.898	578.460
Circulante	264.496	390.649
Não circulante	129.402	187.811

- (a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dos créditos a serem compensados era de R\$ 237.854, sendo que o saldo de créditos a ser compensado em até 12 meses era de R\$ 126.154 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Compensação
Até 12 meses	126.154
Acima de 12 meses	111.700
Total	237.854

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR – CONSOLIDADO

11.1 Política contábil

Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL sobre Selic	-	30.764
IRPJ/CSLL	60.612	31.790
Total	60.612	62.554
Circulante	35.803	39.067
Não circulante	24.809	23.487

12. OUTROS ATIVOS – CONSOLIDADO

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Marketing a apropriar	86.646	37.728
Despesas antecipadas	29.172	32.169
Contencioso indenizável	40.586	37.688
Prêmios de seguros a apropriar	13.602	11.455
Bônus de subscrição OneFan (a)	7.250	7.250
Outros valores a receber	4.595	1.775
Adiantamento para fornecedores	3.493	4.096
Adiantamento para colaboradores	1.555	2.113
Depósito em garantia - Aquisição NWB (b)	-	6.824
Total	186.899	141.098
Circulante	140.072	86.341
Não circulante	46.827	54.757

- (a) O período de exercício do bônus de subscrição foi prorrogado para 31 de maio de 2025.
- (b) Em março de 2024 o Grupo efetuou o levantamento, e o respectivo pagamento aos vendedores, do montante mantido como depósito em garantia realizado para garantir eventuais obrigações indenizatórias, decorrentes da aquisição da NWB.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

13.1 Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Grupo adotou as alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro (IAS 12 – *Income taxes*) que introduziram uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, o Grupo não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

13.2 Composição

O saldo de impostos diferidos possui a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	447.177	401.151	-	-	447.177	401.151
Provisões gerais e contingências	94.916	129.794	(11.256)	(9.877)	83.660	119.917
Provisão para estoques	9.781	18.127	-	-	9.781	18.127
Provisão de bônus	37.995	20.788	-	-	37.995	20.788
Depreciação / arrendamento	342.813	334.113	(218.059)	(209.447)	124.755	124.666
Ágio	-	71.050	-	(61.577)	-	9.473
Mais valia FitDance	-	-	(790)	(1.142)	(790)	(1.142)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	-	-	(93.660)	(93.660)	(93.660)	(93.660)
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	-	13.887	(35.339)	-	(35.340)	13.887
Lucro nos estoques	113.132	131.305	-	-	113.132	131.305
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	1.045.814	1.120.215	(359.104)	(375.703)	686.710	744.512
Montante passível de compensação	(347.058)	(364.684)	347.058	364.684	-	-
Imposto líquido (ativos) passivos	698.756	755.531	(12.046)	(11.019)	686.710	744.512

As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14.

(a) Em 2023 foi proferida decisão judicial em favor do Grupo reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, o Grupo reconheceu em suas demonstrações financeiras um crédito de impostos a recuperar no montante de R\$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter oferecido antecipadamente à tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, o Grupo reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. No exercício não houve movimentação no saldo de créditos tributários.

Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido

As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo:

Prazo de realização dos impostos diferidos ativo

O Grupo preparou um estudo técnico para suportar a realização dos impostos diferidos nos próximos 9 anos, o qual é revisado anualmente. O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no período, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual.

De acordo com a política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis nos próximos 9 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo (consolidado):

Ano	SBF Comércio	Fisia	Demais empresas	31/12/2024
2025	3.600	-	1.474	5.074
2026	19.217	13.937	3.820	36.974
2027	20.267	16.833	4.219	41.319
2028	28.221	23.403	4.946	56.570
2029	36.409	33.311	5.746	75.466
2030	54.173	50.436	6.943	111.552
2031	58.232	55.574	7.523	121.329
2032	57.719	75.560	1.837	135.116
2033 (a)	-	-	115.356	115.356
Total	277.838	269.054	151.864	698.756

- (a) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado às transações de compra e venda de mercadorias intercompany. Tendo em vista que essa diferença temporária é perene, isto é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 9º ano.

Taxa de crescimento da receita

Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 9,6%.

Ganho de margem

Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de vendas como administrativas.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 698.756. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16,8% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois, não é possível estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização desse benefício a partir do 9º ano.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	739.958	251.586	798.671	271.548
Despesas temporárias	179.477	61.022	130.732	44.449
Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos	919.435	312.608	929.403	315.997

As informações no nível das controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas abaixo:

	2024	Prejuízos fiscais acumulados	Despesas temporárias	Total
Grupo SBF S.A (Controladora)	Base	180.600	11.603	192.203
	Efeito tributário	61.404	3.945	65.349
SBF Comércio	Base	294.382	159.021	453.403
	Efeito tributário	100.090	54.067	154.157
Fisia	Base	71.738	-	71.738
	Efeito tributário	24.391	-	24.391
Demais empresas(a)	Base	193.238	8.853	202.091
	Efeito tributário	65.701	3.010	68.711
Total consolidado	Base	739.958	179.477	919.435
	Efeito tributário	251.586	61.022	312.608

	2023	Prejuízos fiscais acumulados	Despesas temporárias	Total
Grupo SBF S.A (Controladora)	Base	160.655	15.057	175.712
	Efeito tributário	54.623	5.119	59.742
SBF Comércio	Base	320.004	101.460	421.464
	Efeito tributário	108.801	34.496	143.297
Fisia	Base	143.479	-	143.479
	Efeito tributário	48.783	-	48.783
Demais empresas(a)	Base	174.533	14.215	188.748
	Efeito tributário	59.341	4.833	64.174
Total consolidado	Base	798.671	130.732	929.403
	Efeito tributário	271.548	44.449	315.997

(a) Contempladas as empresas Lione, FitDance, NWB, VBLOG e Premier.

Movimento das diferenças temporárias

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 01/01/2024	Reconhecidos no resultado	Mais valia	Utilização imposto corrente	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	401.151	49.384	-	(3.358)	-	447.177
Provisões gerais e contingências	119.917	(36.257)	-	-	-	83.660
Provisão para estoques	18.127	(8.346)	-	-	-	9.781
Provisão de bônus	20.788	17.207	-	-	-	37.995
Depreciação / arrendamento	124.666	89	-	-	-	124.755
Ágio	9.473	(9.473)	-	-	-	-
Mais valia FitDance	(1.142)	-	352	-	-	(790)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	(93.660)	-	-	-	-	(93.660)
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	13.887	-	-	-	(49.227)	(35.340)
Lucro nos estoques	131.305	(18.173)	-	-	-	113.132
Imposto líquido ativo (passivo)	744.512	(5.569)	352	(3.358)	(49.227)	686.710

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos impostos	536.252	169.146	548.069	189.829
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(182.326)	(57.510)	(186.343)	(64.542)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	20	-	34.645	(11.115)
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal exercício corrente	-	-	116.886	102.531
Incentivo fiscal exercícios anteriores - redução de base (a)	-	-	-	67.942
Receitas não tributáveis	-	4	17.584	12.083
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	186.566	63.805	175	313
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(4.254)	(5.995)	(39.436)	(128.873)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias de anos anteriores reconhecidos no ano corrente	-	-	44.244	-
Efeito IR sobre gratificação à administradores	-	-	(525)	260
Outros	(2)	(305)	535	384
Imposto de renda e contribuição social	4	(1)	(12.235)	(21.017)
Corrente	-	-	(6.666)	80.323
Diferido	4	(1)	(5.569)	(101.340)
Alíquota efetiva	0%	0%	-2%	-11%

(a) Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a controlada indireta Fisia passou a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023 a controlada Fisia reconheceu o saldo retroativo aos últimos 5 anos no montante de R\$ 199.830. Esse reconhecimento ocorreu integralmente no exercício de 2023 e não afetou a apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de exercícios anteriores.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS – CONSOLIDADO

14.1 Política contábil

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Provisões para riscos administrativos e judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

14.2 Composição

Depósitos judiciais

As movimentações de depósitos judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais (a)	328.386	180.152	(4.023)	(7.890)	496.625
Depósitos judiciais - Rendimentos	79.946	44.555	(2.482)	(7)	122.012
Bloqueio judicial - Trabalhista	2.980	307	(2.522)	(22)	743
Total	411.312	225.014	(9.027)	(7.919)	619.380

(a) Durante o exercício de 2022 foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Em relação a 2023 e 2024, também foram realizados depósitos diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do Diferencial de Alíquota do ICMS - DIFAL.

Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pelo Grupo.

As movimentações de depósitos judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	235.859	122.741	(3.744)	(26.470)	328.386
Depósitos judiciais - Rendimentos	52.092	33.812	(130)	(5.828)	79.946
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.722	47	(514)	(275)	2.980
Total	291.673	156.600	(4.388)	(32.573)	411.312

Provisões para riscos administrativos e judiciais

As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Cível / Consumidor (a)	5.149	40.706	(17.303)	(2.780)	25.772
Trabalhistas (b)	26.046	13.077	(11.984)	(5.453)	21.686
Tributário (c)	574.012	58.456	(35.738)	(442.816)	153.914
Total	605.207	112.239	(65.025)	(451.049)	201.372

As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Cível / Consumidor (a)	11.715	9.987	(9.679)	(6.874)	5.149
Trabalhistas (b)	30.425	11.152	(12.411)	(3.120)	26.046
Tributário (c)	517.573	58.767	(2.238)	(90)	574.012
Total	559.713	79.906	(24.328)	(10.084)	605.207

a. Processos de natureza cível / consumidor

São processos que envolvem as relações cíveis de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, discussões cíveis e de fins comerciais, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui R\$ 25.772 (R\$ 5.149 em 31 de dezembro de 2023) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R\$ 49.502. (R\$ 76.549 em 31 de dezembro de 2023) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos do Grupo.

b. Processos de natureza trabalhista

Trata-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui R\$ 21.686 (R\$ 26.046 em 31 de dezembro de 2023) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R\$ 91.557 (R\$ 96.293 em 31 de dezembro de 2023) baseado em precedentes e/ou jurisprudências.

c. Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2024, o total de débitos tributários, classificados como perda provável perfaz o montante de R\$ 153.914 (R\$ 574.012 em 31 de dezembro de 2023).

Os valores envolvem a cobrança de ICMS pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo, na qual se discute a transferência de saldo credor entre estabelecimentos, além de discussões que envolvem ICMS Substituição Tributária, créditos de ICMS nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro, Diferencial de Alíquota em alguns Estados, discussão de IOF e multa punitiva federal e discussões acerca de desoneração de verbas previdenciárias.

Adesão ao programa de parcelamento de impostos

O Grupo SBF aderiu ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, “transação excepcional”, conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de ICMS que estavam em discussão com o Estado de São Paulo. O acordo firmado proporcionou descontos sobre as multas e juros, bem como o pagamento em até 120 parcelas atualizáveis pela SELIC. Os principais benefícios publicados no Edital foram: (i) desconto de 100% dos juros incorridos e (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal.

A análise para inclusão de quais débitos foram regularizados foi feita de forma individualizada de cada débito e a ponderação do prognóstico de êxito com os assessores externos.

Os impactos contábeis dessa transação foram mensurados pelo Grupo e estão evidenciados conforme nota impostos parcelados (Nota 22), despesas por natureza (Nota 32) e resultado financeiro (Nota 33).

Passivos contingentes

Processos federais

Os processos federais em que o Grupo figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R\$ 1.005.504 (R\$ 878.080 em 31 de dezembro de 2023), conforme avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	31/12/2024	31/12/2023
FGTS (a)	105.359	101.209
PIS / COFINS / IRPJ e CSLL (b)	172.368	222.695
IRPJ e CSLL (c)	65.955	130.387
PIS / COFINS (d)	330.106	251.369
IOF (e)	4.772	8.781
INSS (f)	294.052	144.417
Outros (g)	32.892	19.222
Total	1.005.504	878.080

(a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho de 2004 a 2017.

(b) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - Existem discussões no montante de R\$ 43.272 (R\$ 41.285 em 31 de dezembro de 2023) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) e R\$ 127.431 (R\$ 116.516 em 31 de dezembro de 2023) por débitos incluídos no programa especial de regularização. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.665 (R\$ 1.607 em 31 de dezembro de 2023) referente à multa agravada. Ainda, existiam saldos em discussão sobre a cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB, no montante de R\$ 63.287 em 31 de dezembro de 2023, classificados como remotos pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

(c) IRPJ e CSLL - O Grupo possui discussões no montante de R\$ 63.417 (R\$ 47.516 em 31 de dezembro de 2023) sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes de falta de consideração na base de cálculo, discussões referentes à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, entre outros. Além de discussões no montante de R\$ 2.538 (R\$ 1.617 em 31 de dezembro de 2023) acerca do pagamento de IRRF, cujas compensações não foram homologadas. Em 31 de dezembro de 2023, discutia-se o montante de R\$ 81.254 por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais, classificado como remoto pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

(d) PIS/COFINS - Discute-se o montante de R\$ 50.498 (R\$ 35.509 em 31 de dezembro de 2023) acerca de compensações não homologadas referentes aos períodos entre 2008, 2012 e 2017, 2021 e 2024 em razão de supostas inconsistências nas declarações e R\$ 235.905 (R\$ 215.860 em 31 de dezembro de 2023) referente a discussão de tese da ação rescisória contra ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS. Além disso, há a discussão de R\$ 43.704 referente ao aproveitamento de créditos.

Ainda, em relação à operação das controladas do Grupo SBF, SBF Comércio e FISIA, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 96.381 (R\$ 69.891 em 31 de dezembro de 2023) (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais).

(e) IOF - Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico, do período de 2015.

(f) INSS - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R\$ 3.447 (R\$ 3.127 em 31 de dezembro de 2023). Discute-se, ainda, o montante de R\$ 245.722 (R\$ 141.290 em 31 de dezembro de 2023), referentes às compensações não homologadas e multa, relativos a verbas previdenciárias de 2013 a 2023. Além disso, há discussão no montante de R\$ 5.077 acerca de desoneração de verbas remuneratórias. Por fim, há uma discussão referente à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, no valor de R\$ 39.806.

(g) Outros - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II, cobrança de IPI, entre outras discussões.

Processos estaduais

O Grupo é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração do Grupo decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui 65% (15,7% em 31 de dezembro de 2023) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Trata-se de processos de cobrança de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 385,821 (R\$ 354.099 em 31 de dezembro de 2023), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro

em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pelo Grupo considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual.

Os processos estaduais classificados com perda possível também foram impactados pelo programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, “transação excepcional”, conforme edital nº 01/2024, aderido pelo Grupo, que concedeu descontos nos pagamentos das dívidas de ICMS inscritas em dívida ativa.

Processos municipais

O Grupo possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 5.970 (R\$ 5.323 em 31 de dezembro de 2023), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os períodos de 2014 a 2016.

Contingências restituíveis

Existem no contrato de aquisição entre o Grupo e a controlada indireta Fisia, contingências trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos do Grupo, as quais são restituíveis, caso venha a ter desembolso de caixa para esses processos. Sendo assim, nos termos do CPC 15 – Combinação de negócios, estas contingências devem ser provisionadas para fins de alocação de preço assumidas pelo Grupo em decorrência do contrato de aquisição da operação Fisia, totalizando um valor original de R\$ 33.360 que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. Essas contingências são passíveis de indenização integral do saldo por parte da Nike Inc. e, portanto, há o registro de ativo indenizatório apresentado na rubrica de “outros valores a receber” de igual valor. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de contingências restituíveis é de R\$ 39.254 (R\$ 36.461 em 31 de dezembro de 2023). Tais contingências foram mensuradas de maneira que representem o maior valor entre o montante pelo qual esse passivo seria reconhecido, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante pelo qual o passivo foi inicialmente reconhecido.

15. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

15.1 Política contábil

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

O investimento do Grupo em entidade contabilizada pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação em coligada.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(v) Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

15.1 Composição

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	2.843.750	2.349.640
Network	62.624	61.796
VBLOG	19.827	15.630
Premier	16.026	6.282
Total	2.942.227	2.433.348

Controladas	Participação no patrimônio líquido	Recompra de ações - Grupo SBF (a)	Ágio gerado na aquisição/ mais valia	Saldo em 31/12/2024
SBF Comércio	2.882.923	(39.173)	-	2.843.750
VBLOG	19.827	-	-	19.827
Premier	16.026	-	-	16.026
Network	10.499	-	52.125	62.624
Total	2.929.275	(39.173)	52.125	2.942.227

Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas.

31/12/2024									
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo intercompany	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio	100%	6.711.166	3.648.815	3.062.351	(179.428)	2.882.923	522.755	27.385	550.140
VBLOG	100%	61.071	41.244	19.827	-	19.827	2.421	1.776	4.197
Premier	100%	169.574	153.548	16.026	-	16.026	9.744	-	9.744
Network	100%	16.990	6.491	10.499	-	10.499	(13.650)	-	(13.650)
Total		6.958.801	3.850.098	3.108.703	(179.428)	2.929.275	521.270	29.161	550.431

Movimento	Saldo em 01/01/2024	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Contribuição de capital	Recompra de ações - Grupo SBF (a)	Distribuição de dividendos	Amortização PPA	Equivalência	Saldo em 31/12/2024
SBF Comércio	2.349.640	-	95.557	11.740	(39.173)	(124.154)	-	550.140	2.843.750
VBLOG	15.630	-	-	-	-	-	-	4.197	19.827
Premier	6.282	-	-	-	-	-	-	9.744	16.026
Network	61.796	16.188	-	-	-	-	(1.710)	(13.650)	62.624
Total	2.433.348	16.188	95.557	11.740	(39.173)	(124.154)	(1.710)	550.431	2.942.227

(a) Refere-se ao Programa de Recompra de Ações Grupo SBF, conforme Nota 28.

31/12/2023									
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio	100%	6.319.360	3.762.907	2.556.453	(206.813)	2.349.640	173.880	3.255	177.135
VBLOG	100%	90.175	72.769	17.406	(1.776)	15.630	(3.680)	(7.334)	(11.014)
Premier	100%	332.362	326.080	6.282	-	6.282	30.495	-	30.495
Network	100%	16.014	8.053	7.961	-	7.961	(6.668)	-	(6.668)
Total		6.757.911	4.169.809	2.588.102	(208.589)	2.379.513	194.027	(4.079)	189.948

Movimento	Saldo em 01/01/2023	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Contribuição de capital	Distribuição de dividendos / JSCP	Amortização PPA	Equivalência	Saldo em 31/12/2023
SBF Comércio	2.205.672	-	(11.801)	4.195	(25.561)	-	177.135	2.349.640
VBLOG	28.122	-	-	-	(1.478)	-	(11.014)	15.630
Premier	(24.213)	-	-	-	-	-	30.495	6.282
Network	64.450	6.300	-	-	-	(2.286)	(6.668)	61.796
Total	2.274.031	6.300	(11.801)	4.195	(27.039)	(2.286)	189.948	2.433.348

16. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

16.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício:

Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos.

16.2 Composição

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Computadores e periféricos	20	238.020	(174.692)	63.328	64.706
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	85.411	(50.305)	35.106	28.120
Móveis e utensílios	8	328.421	(161.439)	166.982	166.927
Veículos	20	2.575	(2.575)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	991.648	(608.150)	383.498	350.504
Imobilizado em andamento	(a)	1.004	-	1.004	172
Total		1.647.079	(997.161)	649.918	610.429

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Computadores e periféricos	224.381	173	(9.133)	22.599	238.020
Máquinas, equipamentos e ferramentas	75.324	82	(1.609)	11.614	85.411
Móveis e utensílios	312.589	2	(5.184)	21.014	328.421
Veículos	2.727	-	(152)	-	2.575
Benfeitorias em imóveis de terceiros	935.178	82	(32.174)	88.562	991.648
Imobilizado em andamento	172	144.621	-	(143.789)	1.004
Custo do imobilizado	1.550.371	144.960	(48.252)	-	1.647.079
Computadores e periféricos	(159.675)	(23.147)	8.130	-	(174.692)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(47.204)	(4.475)	1.374	-	(50.305)
Móveis e utensílios	(145.662)	(20.088)	4.311	-	(161.439)
Veículos	(2.727)	-	152	-	(2.575)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(584.674)	(46.965)	23.489	-	(608.150)
Depreciação	(939.942)	(94.675)	37.456	-	(997.161)
Total do imobilizado líquido	610.429	50.285	(10.796)	-	649.918

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Computadores e periféricos	208.628	3.154	(792)	13.391	224.381
Máquinas, equipamentos e ferramentas	68.839	491	(2.586)	8.580	75.324
Móveis e utensílios	272.661	982	(4.108)	43.054	312.589
Veículos	2.727	-	-	-	2.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	878.704	2.662	(17.698)	71.510	935.178
Imobilizado em andamento	18.342	118.365	-	(136.535)	172
Custo do imobilizado	1.449.901	125.654	(25.184)	-	1.550.371
Computadores e periféricos	(139.191)	(21.252)	768	-	(159.675)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(46.123)	(3.597)	2.516	-	(47.204)
Móveis e utensílios	(130.479)	(18.648)	3.465	-	(145.662)
Veículos	(2.727)	-	-	-	(2.727)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(559.430)	(42.523)	17.279	-	(584.674)
Depreciação	(877.950)	(86.020)	24.028	-	(939.942)
Total do imobilizado líquido	571.951	39.634	(1.156)	-	610.429

17. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO

17.1 Política contábil

Fundo de comércio

Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

Contrato de distribuição

O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca “Nike, mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Fisia.

Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. (“Nike”) e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva.

Tecnologia (*Know-how*)

Juntamente com a aquisição do grupo Network (“NWB”), o Grupo SBF adquiriu um contrato de criação de conteúdo digital direcionado ao público do esporte. Para que a maior parte da receita da NWB aconteça, faz-se necessário um conjunto de conhecimentos, capacidades e habilidades que somadas (*know-how*) são capazes de produzir conteúdo em formato áudio visual atrativos para o público-alvo de cada canal próprio da NWB. Esse contrato foi mensurado na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios e sua vida útil definida foi de 10 anos.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio é testado para impairment anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável.

O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor

que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares	5 anos
Marcas e patentes	10 - 20 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

17.2 Composição

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(14.180)	4.074	5.588
Software	20	588.324	(230.673)	357.651	332.359
Marcas direito e patente	10	7.425	(636)	6.789	7.086
Software em andamento	-	534	-	534	82
Contrato de distribuição	10	164.821	(67.302)	97.519	114.001
Carteira de clientes	10	4.024	(2.070)	1.954	2.608
Tecnologia	10	11.618	(4.454)	7.164	8.326
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		53.541	-	53.541	53.541
Total		848.541	(319.315)	529.226	523.591

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Fundo de comércio	18.254	-	-	-	18.254
Software	635.451	14.767	(168.121)	106.227	588.324
Marcas direito e patente	7.425	-	-	-	7.425
Software em andamento	82	106.679	-	(106.227)	534
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	4.024	-	-	-	4.024
Tecnologia	11.618	-	-	-	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	53.541	-	-	-	53.541
Custo do intangível	895.216	121.446	(168.121)	-	848.541
Fundo de comércio	(12.666)	(1.514)	-	-	(14.180)
Software	(303.092)	(95.497)	167.916	-	(230.673)
Marcas direito e patente	(339)	(297)	-	-	(636)
Contrato de distribuição	(50.820)	(16.482)	-	-	(67.302)
Carteira de clientes	(1.416)	(654)	-	-	(2.070)
Tecnologia	(3.292)	(1.162)	-	-	(4.454)
Amortização	(371.625)	(115.606)	167.916	-	(319.315)
Total do intangível líquido	523.591	5.840	(205)	-	529.226

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Fundo de comércio	18.502	-	(248)	-	18.254
Software	504.701	6.343	(2.802)	127.209	635.451
Marcas direito e patente	7.425	-	-	-	7.425
Software em andamento	472	126.819	-	(127.209)	82
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	4.024	-	-	-	4.024
Tecnologia	11.618	-	-	-	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	54.539	-	(998)	-	53.541
Custo do intangível	766.102	133.162	(4.048)	-	895.216
Fundo de comércio	(11.201)	(1.713)	248	-	(12.666)
Software	(230.175)	(75.718)	2.801	-	(303.092)
Marcas direito e patente	(43)	(296)	-	-	(339)
Contrato de distribuição	(34.338)	(16.482)	-	-	(50.820)
Carteira de clientes	(762)	(654)	-	-	(1.416)
Tecnologia	(2.130)	(1.162)	-	-	(3.292)
Amortização	(278.649)	(96.025)	3.049	-	(371.625)
Total do intangível líquido	487.453	37.137	(999)	-	523.591

Composição do ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura é proveniente das aquisições das seguintes empresas adquiridas:

	31/12/2024
Network	46.852
FitDance	6.689
Total	53.541

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, o valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados indícios de Impairment no ágio.

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam indicadores de perda na recuperação dos ágios contabilizados.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO – CONSOLIDADO

18.1 Política contábil

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) / IFRS 16.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

Pagamentos de arrendamentos variáveis

Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

18.2 Composição

O Grupo possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

	Quantidade contratos
Centros de distribuição	7
Edifícios administrativos	8
Veículos	79
Lojas	256
Total	350

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - direito de uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.340.469	4.185	1.344.654
(+) Novos contratos e remensuração	234.074	13.598	247.672
(-) Depreciação	(212.670)	(5.049)	(217.719)
(-) Baixas de contratos	(15.706)	-	(15.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.346.167	12.734	1.358.901

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - direito de uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro 2023	1.422.426	5.741	1.428.167
(+) Novos contratos e remensuração	206.163	2.812	208.975
(-) Depreciação	(228.869)	(4.368)	(233.237)
(-) Baixas de contratos	(59.251)	-	(59.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.340.469	4.185	1.344.654

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.590.465	3.419	1.593.884
(+) Novos contratos e remensuração	234.074	13.598	247.672
(+) Apropriação juros incorridos	126.169	380	126.549
(-) Pagamentos passivos de arrendamentos	(317.349)	(4.611)	(321.960)
(-) Descontos obtidos	(1.719)	-	(1.719)
(-) Baixas de contratos	(19.484)	-	(19.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.612.156	12.786	1.624.942
Circulante	240.433	4.420	244.853
Não circulante	1.371.723	8.366	1.380.089

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.630.709	5.532	1.636.241
(+) Novos contratos e remensuração	206.163	2.812	208.975
(+) Apropriação juros incorridos	132.385	2.014	134.399
(-) Pagamentos passivos de arrendamentos	(309.844)	(6.939)	(316.783)
(-) Descontos obtidos	(2.259)	-	(2.259)
(-) Baixas de contratos	(66.689)	-	(66.689)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.590.465	3.419	1.593.884
Circulante	180.900	2.019	182.919
Não circulante	1.409.565	1.400	1.410.965

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	240.433	4.420	244.853
Entre 1 e 5 anos	936.677	8.366	945.043
Mais de 5 anos	435.046	-	435.046
Grupo como arrendatário	1.612.156	12.786	1.624.942

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	174.847	8.071	182.918
Entre 1 e 5 anos	777.529	14.838	792.367
Mais de 5 anos	618.597	-	618.597
Total	1.570.973	22.909	1.593.882

c. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu o montante de R\$ 95.225 (R\$ 88.818 em 31 de dezembro de 2023) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme despesas de ocupação (Nota 32).

d. Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	244.853	202.661	208.732	210.674	758.021
Fluxo com projeção de inflação	256.849	212.713	217.102	218.743	787.053
Variação	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	1.358.901	1.142.869	933.765	736.169	567.170
Fluxo com projeção de inflação	1.425.487	1.199.555	971.209	764.364	588.893
Variação	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	126.549	130.582	112.584	93.945	282.717
Fluxo com projeção de inflação	132.750	137.059	117.099	97.543	293.545
Variação	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	217.719	216.032	209.104	197.596	736.170
Fluxo com projeção de inflação	228.388	226.747	217.489	205.164	764.365
Variação	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

19. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO - CONSOLIDADO

19.1 Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

O Grupo oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre a instituição financeira e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Grupo, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

19.2 Composição

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de mercadorias para revenda	984.683	957.338
Fornecedores de materiais de consumo	110.869	134.343
Subtotal	1.095.552	1.091.681
Operações de "risco sacado" (a)	52.217	62.596
Total	1.147.769	1.154.277

(a) O Grupo oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por instituições financeiras. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, as instituições financeiras pagam antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre a instituição financeira e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do

passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo.

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

20.1 Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20.2 Composição

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		
Capital de giro	48.800	24.404
Financiamento de bens	605	4.306
Empréstimos e financiamentos	49.405	28.710
Debêntures	409.190	595.294
Total passivo circulante	458.595	624.004
Passivo não circulante		
Capital de giro	123.385	172.048
Financiamento de bens	-	396
Empréstimos e financiamentos	123.385	172.444
Debêntures	710.388	801.052
Total passivo não circulante	833.773	973.496
Total empréstimos e financiamentos	172.790	201.154
Total debêntures	1.119.578	1.396.346
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	1.292.368	1.597.500

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2024	Adições	Pagamento principal	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2024
Capital de giro	196.452	-	(26.190)	(24.484)	24.459	1.949	172.186
Financiamento de bens	4.702	-	(4.063)	(979)	944	-	604
Empréstimos e financiamentos	201.154	-	(30.253)	(25.463)	25.403	1.949	172.790
Debêntures	1.396.346	298.008	(567.173)	(161.938)	149.722	4.613	1.119.578
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	1.597.500	298.008	(597.426)	(187.401)	175.125	6.562	1.292.368

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2023	Adições	Pagamento principal	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2023
Capital de giro	155.041	194.248	(154.784)	(31.542)	31.650	1.839	196.452
Financiamento de bens	13.038	-	(8.303)	(2.509)	2.429	47	4.702
Empréstimos e financiamentos	168.079	194.248	(163.087)	(34.051)	34.079	1.886	201.154
Debêntures	965.483	586.848	(176.666)	(170.014)	184.664	6.031	1.396.346
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	1.133.562	781.096	(339.753)	(204.065)	218.743	7.917	1.597.500

Os termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto são os seguintes:

	Moeda	%(média ponderada)	2024			2023		
			Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro	R\$	100% CDI + 1,9%a.a	204.019	48.800	123.385	205.119	24.404	172.048
Financiamento de bens	R\$	100% CDI + 5,79%a.a a 100% CDI + 7,31%a.a	2.536	605	-	20.161	4.306	396
Empréstimos e financiamentos			206.555	49.405	123.385	225.280	28.710	172.444
Debêntures	R\$	100% CDI + 2,3 %a.a.	1.374.000	409.190	710.388	1.624.000	595.294	801.052
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures			1.580.555	458.595	833.773	1.849.280	624.004	973.496

Captações ocorridas durante o ano

Em 5 de junho de 2024, com o propósito de reforçar o caixa e financiar a sua estratégia de crescimento, o Grupo, por meio de sua controlada indireta Fisia, contratou com instituição financeira a distribuição da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, no valor total de R\$ 300.000, com vencimento a partir de junho de 2026. O custo de captação do contrato mencionado é de R\$ 1.992.

Resumo dos empréstimos e debêntures conforme vencimento

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de Giro	48.800	48.979	49.479	24.927	172.185
Financiamento de Bens	605	-	-	-	605
Debêntures	409.190	394.019	316.369	-	1.119.578
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	458.595	442.998	365.848	24.927	1.292.368

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui 64,5% (60,9% em 31 de dezembro de 2023) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 14,38% em 31 de dezembro de 2024 (14,0% em 31 de dezembro de 2023).

Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais o Grupo vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas demonstrações financeiras.

Sob os termos das principais linhas de crédito, o Grupo é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

- i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA).

O Grupo cumpriu com esse covenant durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2024, a proporção da dívida líquida em relação EBITDA foi de 0,29x (0,77x em 31 de dezembro de 2023).

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	7.936	5.176
COFINS	36.653	23.872
ICMS (a)	553.184	308.652
ISS	4.267	4.107
IRRF	10.776	13.406
Outros	7.730	3.750
Total	620.546	358.963

- (a) Há discussões judiciais sobre a legalidade da cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS - DIFAL no que diz respeito a existência ou não de legislação complementar do estado anterior a federal. Por entender que se trata de uma obrigação, o Grupo vem provisionando a parcela do ICMS a recolher, por conta do art. 166 do CTN, tendo como contrapartida depósitos judiciais no mesmo montante dos valores em discussão (vide Nota 14).

22. IMPOSTOS PARCELADOS – CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos de tributos Estaduais	158.535	12.836
Parcelamentos de tributos Federais	83.428	83.237
Total impostos parcelados	241.963	96.073
Passivo circulante	44.078	31.677
Passivo não circulante	197.885	64.396

As movimentações dos impostos parcelados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	96.073	112.389
Adesão dos impostos Estaduais (a)	167.455	6.259
Adesão dos impostos Federais	1.237	-
Juros sobre parcelamento de tributos	13.903	8.105
Parcelas pagas	(36.705)	(30.680)
Saldo em 31 de dezembro	241.963	96.073

(a) Adesão ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.483/2023, artigo 43, “transação excepcional”, conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado, ocorrida em maio de 2024.

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2025	2026	2027	2028 em diante
RJ	2.113	694	2.807	2.113	694	-	-
MG	2.768	8	2.776	2.768	8	-	-
SP	14.231	138.721	152.952	14.231	16.485	16.485	105.751
Total Estaduais	19.112	139.423	158.535	19.112	17.187	16.485	105.751
Parcelamentos ordinários	57	15	72	57	15	-	-
Refis lei 11.941	22.104	57.507	79.611	22.104	22.104	22.104	13.299
Outros	2.805	940	3.745	2.805	414	283	243
Total Federais	24.966	58.462	83.428	24.966	22.533	22.387	13.542
Total parcelamentos	44.078	197.885	241.963	44.078	39.720	38.872	119.293

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS – CONSOLIDADO

23.1 Política contábil

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

23.2 Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de férias e 13º salário	70.330	69.337
Provisões para participação nos lucros	118.100	50.123
Provisões para participação nos lucros - Pessoal chave da Administração (Nota 25)	11.073	2.289
Salários a pagar	26.360	24.827
Obrigações com pessoal a pagar	3.370	1.734
Contribuições a recolher	186	172
Obrigações trabalhistas	229.419	148.482
INSS a recolher	19.169	18.251
FGTS a recolher	5.132	4.885
INSS retido a recolher	5.587	2.672
Obrigações previdenciárias	29.888	25.808
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	259.307	174.290

24. DIVIDENDOS

24.1 Política contábil

Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

24.2 Composição

Em 31 de dezembro de 2024, foram apurados R\$ 127.361 de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	536.256	169.145
(-) Reserva legal - 5%	(26.813)	(8.457)
(-) Reserva de incentivos fiscais	-	(20.363)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	509.443	140.325
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	127.361	35.081
Dividendos adicionais propostos	-	7.205

A movimentação de dividendos a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo 1º janeiro de 2023	33.085
Dividendos mínimos obrigatórios - 2023	35.081
Pagamento de dividendos aos acionistas	(33.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.081
Dividendos adicionais propostos - 2023	7.205
Pagamento de dividendos aos acionistas	(42.284)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2024	127.361
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.363

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente.

Operações de compra e venda de mercadorias e fretes - As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A controlada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a VBLOG e a Fisia e a VBLOG, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há a operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral de SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, está assinado entre SBF e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado.

Aluguéis - A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a controlada VBLOG do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

Até fevereiro de 2024, a controlada VBLOG, que atua como operadora logística, sublocava para as empresas Fisia e SBF Comércio um armazém localizado em Extrema - MG, local que realiza parte das operações em Minas Gerais, como suas importações, triagem de mercadorias, dentre outras.

Marketplace - A controladora SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de take rate, porcentagem cobrado sobre cada transação de produto vendido.

Rateio administrativo - As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas.

Serviços audiovisuais - As controladas Network, NeoTV e FitDance possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança.

Os valores referentes às transações descritas acima são demonstrados nos quadros a seguir:

25.2 Composição

Controladora

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

Os valores da controladora estão sendo apresentados na Nota 7, contas a receber.

	Contas a receber	
	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	2.408	-
Fisia	3.625	16.998
Total	6.033	16.998

Transações realizadas entre partes relacionadas – eliminadas na consolidação

As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisia, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Contas a receber		Fornecedores	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Grupo SBF	6.033	16.998	(2.617)	(28)
SBF Comércio	163.123	334.111	(226.872)	(397.483)
Premier	30.166	181.791	(119.504)	(289.068)
Fisia	195.778	185.614	(39.537)	(50.960)
VBLOG	975	27.581	(6.882)	(9.674)
Lione	-	183	-	-
Network (a)	-	694	(531)	-
FitDance	22	241	(154)	-
Total	396.097	747.213	(396.097)	(747.213)

	Adiantamento para fornecedores		Adiantamento de clientes	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	200	20.558	-	-
Premier	-	-	-	(4.200)
VBLOG	-	-	-	(16.358)
Network (a)	218	-	-	(75)
Acelerados	-	-	(218)	-
FitDance	-	-	(200)	-
Total	418	20.558	(418)	(20.633)

	Compras		Vendas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	(2.884.872)	(2.937.313)	2.427.677	2.457.546
Premier	(2.427.677)	(2.457.546)	2.444.615	2.486.780
Fisia	-	-	440.257	450.533
Total	(5.312.549)	(5.394.859)	5.312.549	5.394.859

	Serviços logísticos		Aluguéis	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	(5.107)	(29.482)	39	39
Premier	(6.199)	-	-	-
VBLOG	42.017	67.163	434	2.815
Fisia	(30.711)	(37.681)	(473)	(2.854)
Total	-	-	-	-

	Serviços audiovisual		Rateio administrativo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Grupo SBF	-	-	16.868	6.229
SBF Comércio	(6.893)	-	190.518	170.434
Premier	-	(6.445)	(17.293)	(16.119)
VBLOG	-	-	(19.353)	(33.071)
Fisia	(1.772)	(3.075)	(170.055)	(127.473)
Network (a)	4.141	7.470	(531)	-
Acelerados	(28)	(10)	-	-
FitDance	4.552	2.060	(154)	-
Total	-	-	-	-

	Comissão marketplace	
	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	36.791	29.927
Fisia	(36.791)	(29.927)
Total	-	-

- (a) Conforme apresentado na Nota 3, em 1º de dezembro de 2024, a NeoTV, controlada indireta do Grupo SBF, foi incorporada pela, controlada direta Network. Dessa forma, os saldos de transações entre partes relacionadas com a NeoTV, ocorridos até a data da incorporação, estão apresentados na linha da empresa incorporadora (Network).

Juros sobre capital próprio

Durante o exercício de 2024, foram deliberadas e aprovadas em Reunião do Conselho de Administração, as destinações de juros sobre o capital próprio entre a controlada indireta Fisia e a controlada SBF Comércio, no montante de R\$ 82.598, liquidados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Saldo em 1º janeiro de 2023	75.922
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023 - Fisia	57.963
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023 - VBLOG	1.256
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	(125.191)
IRRF sobre juros sobre capital próprio - Fisia	(8.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.256
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2024 - Fisia	53.627
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	(45.578)
Pagamento de juros sobre capital próprio - VBLOG	(1.256)
IRRF sobre juros sobre capital próprio - Fisia	(8.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

Dividendos a receber

Saldo 1º janeiro de 2023	235.756
Recebimento de dividendos Fisia	(88.237)
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2023	25.561
Saldo em 31 de dezembro de 2023	173.080
Dividendos adicionais Fisia - 2023	132.058
Recebimento de dividendos Fisia	(279.577)
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2024	124.154
Saldo em 31 de dezembro de 2024	149.715

Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 à 1º de junho de 2025. Os dois

contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício.

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

	31/12/2024	31/12/2023
VBLOG	41	40
Premier	66	65
SBF Comércio	25.275	25.200
Total	25.382	25.305

Remuneração ao pessoal chave da administração

A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	12.047	9.279	10.083	8.046
Participação nos lucros e resultados	-	11.073	-	2.289
Pagamento baseado em ações	808	4.101	-	2.344
Total	12.855	24.453	10.083	12.679

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de marketing e comunicação	-	-	29.848	23.233
Comissão de parceiros digitais	-	-	27.020	17.077
Frete / armazenagem	-	-	34.599	43.392
Provisões benefícios a empregados	-	-	8.718	5.975
Provisões gerais (a)	368	835	85.927	14.159
Utilidades e serviços	-	-	11.282	16.493
Obrigações com investimentos (b)	10.455	74.446	22.542	74.446
Outras obrigações	-	-	-	5.546
Total	10.823	75.281	219.936	200.321
Circulante	368	836	209.481	125.875
Não circulante	10.455	74.445	10.455	74.446

(a) Referem-se substancialmente aos honorários de sucumbência a pagar, atrelados a transação tributária do Governo do Estado de São Paulo - Adesão ao programa de parcelamento de impostos, conforme Nota 14.2

(b) Referem-se a contas a pagar relativas à aquisição da controlada indireta Fisia, da controlada NWB e ao Programa de Recompra Grupo SBF.

Aquisição – Fisia

Obrigação relativa à aquisição da controlada indireta Fisia, liquidada em 2024 (R\$ 58.011 em 31 de dezembro de 2023).

Aquisição – NWB

Composto por contas a pagar relativos à contraprestação depositada em garantia, liquidada em 2024 mediante o levantamento do valor mantido em depósito, e à dívida diferida com os vendedores da NWB que poderá ser paga em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição. No valor total de R\$ 10.455 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 16.435 em 31 de dezembro de 2023).

Aquisição – Programa de Recompra de Ações Grupo SBF

Refere-se ao contas a pagar, da controlada indireta Fisia, pela aquisição de ações do Grupo SBF S.A., como parte do Programa de Recompra Grupo SBF, conforme Nota 28.

27. OUTROS PASSIVOS – CONSOLIDADO

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Royalties a amortizar - Aquisição Fisia	93.125	108.882
Patrocínios e royalties	15.904	10.603
Obrigações com clientes (a)	71.124	38.451
Total	180.153	157.936
Circulante	104.381	66.276
Não circulante	75.772	91.660

- (a) O saldo de obrigações com clientes refere-se a transações com cartão presente e vale troca que podem ser utilizados como forma de pagamento em compras nas plataformas digitais e lojas físicas.

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**28.1 Política contábil**

O Grupo está autorizado a aumentar seu capital social até o limite de 300.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados do Grupo ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

28.2 Composição**a. Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma controlada, direta ou indireta, do Grupo compra ações do capital social do Grupo (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente

atribuíveis (líquido do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas do Grupo até que as ações sejam canceladas ou reemitidas.

O capital social do Grupo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.832.326 dividido em 244.012.980 ações ordinárias e sem valor nominal (R\$ 1.830.872 dividido em 243.688.980 ações ordinárias e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023).

Em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração do Grupo SBF aprovou o Programa de Recompra Grupo SBF com a realização de recompra de ações por suas controladas SBF Comércio e Fisia, no limite de 14.289.617 ações.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a controlada indireta Fisia, adquiriu 3.604.000 ações ordinárias da Grupo SBF pelo montante de R\$ 39.173, classificadas nas demonstrações financeiras consolidadas como "Ações em tesouraria".

O controle acionário do Grupo SBF S.A., está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024:

Acionista	31/12/2024	
	Quantidade	%
Pacipar Participações Ltda.	80.000.000	32,79%
Nefe Investments, LLC	47.601.109	19,51%
GPCP I - Fundo de Investimentos e Participações	1.164.106	0,48%
Ações em tesouraria	3.604.000	1,48%
Outros	111.643.765	45,74%
Total	244.012.980	100,00%

b. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pelo Grupo e mantidas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O Grupo tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação do Grupo), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Quando o Grupo apresenta perda líquida atribuível aos proprietários do Grupo, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Numerário básico/diluído - Controladora	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	536.256	169.145
Média ponderada de ações ordinárias	243.774	243.634
Média ponderada de ações em tesouraria	(87)	-
Resultado básico por ação - R\$	2,20	0,69
Lucro líquido do exercício	536.256	169.145
Média ponderada de ações ordinárias	243.774	243.634
Média ponderada de ações em tesouraria	(87)	-
Opções exercidas não integralizadas	658	93
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	6.812	7.316
Resultado diluído por ação - R\$	2,15	0,67

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal era de R\$ 54.941 (R\$ 28.128 em 31 de dezembro de 2023).

d. Reserva incentivos fiscais

O Grupo SBF é titular de incentivos fiscais concedidos por diversos Estados brasileiros, especialmente na forma de crédito presumido de ICMS. Em relação ao resultado desse incentivo, o STJ já havia formado sólida jurisprudência - i.e EREsp 1.517.492, em 2017 - reconhecendo, em caráter não vinculante, que os créditos presumidos de ICMS podem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independente da constituição da reserva de incentivo fiscal. Nesse sentido, corroborado ainda pela revogação do artigo 30, da Lei 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais.

e. Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal, e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro do Grupo e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2024, foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 382.082 (R\$ 98.039 em 31 de dezembro de 2023).

f. Dividendos propostos

Em 26 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária com a participação dos acionistas, foi aprovada a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e aprovação de R\$ 7.205 para pagamento de dividendos adicionais. Com a aprovação, os dividendos adicionais ao mínimo obrigatório foram transferidos para o passivo circulante.

Em 28 de junho de 2024 o Grupo efetuou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$35.081 e dividendos adicionais no valor de R\$ 7.205 totalizando, portanto, o valor de R\$ 42.286.

Adicionalmente, o Grupo realizou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios em conformidade com o disposto em seu Estatuto Social, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os cálculos correspondentes estão apresentados na Nota 24.

29. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES – CONSOLIDADO

29.1 Política contábil

O objetivo desses “Planos” é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração.

Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de exercício será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração.

Em setembro de 2013, a Companhia instituiu o pagamento baseado em ações para os seus colaboradores, como contraprestação aos serviços prestados, remunerados por instrumentos de patrimônio líquido (opções de compra), regulados por contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações para cada beneficiário. Em 22 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2015 (“Programa 2015”). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2016 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Programa 2016”). No dia 20 de setembro de 2019, foi aprovado o primeiro plano de compra de ações de 2019 e no dia 05 de novembro de 2019, o segundo plano de 2019 (“Programa 2019”).

Em dezembro de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Opção de Compra de Ações, ou “Plano 2016”. Para as outorgas feitas sob este Plano, foi definido que serão compostas por 5 lotes, cada um possuindo 20% do total de opções outorgadas ao participante. A cada ano, após a data de outorga, um dos lotes se tornará exercível, estando todas as opções outorgadas disponíveis para exercício após 5 (cinco) anos da data de outorga. Além disso, é obrigatória aos participantes a utilização de não menos do que 50% (cinquenta por cento) da gratificação anual a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“PLR”) para exercer opções disponibilizadas sob as regras deste Plano a cada ano, sob pena de cancelamento de todas as opções vestidas até aquela data. Por fim, o prazo contratual para o exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar do fim do período de carência.

O Primeiro Programa do Plano de 2016 (“2016 - Primeiro Programa”) foi outorgado em dezembro de 2016, quando a Companhia ainda não havia aberto seu capital na bolsa de valores. O preço de exercício definido foi de R\$ 4,00. O segundo programa (“2016 - Segundo Programa”), outorgado em outubro de 2019, teve seu preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia.

Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, “Plano 2019” I e II. Para as outorgas deste plano, o preço de exercício é definido pela média dos 90 pregões anteriores à aprovação, com deságio de 10%. Estas outorgas, por sua vez, são divididas em 4 lotes, sendo os dois primeiros correspondentes a 30% do total outorgado cada, e os dois últimos a 20% do total outorgado cada. O primeiro lote torna-se exercível após 24 meses da outorga, e a partir daí, a cada 12 meses outro lote se torna exercível.

Desde a aprovação do Plano 2019, foram outorgados quatro programas: um em outubro de 2019 (“2019 - Primeiro Programa”), outro em 30 junho de 2020 (“2019 - Primeiro Programa Outorga março 2020”), o terceiro em abril de 2020 (“2019 - Segundo Programa”), a última outorga de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações 2020 (“Segundo Programa 2020”), também do Plano 2019, que foi outorgado em 26 de fevereiro de 2021. Nesta mesma data também foi aprovado o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2020, o qual foi devidamente alterado em 11 de maio de 2021 (“Primeiro Programa 2020”).

Em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2022 (“Primeiro Programa 2022”). Esse programa pertence ao Plano 2019 do pagamento baseado em ações. Também em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opções de Compra de Ações do ano de 2022 (“Segundo Programa 2022”). No qual também pertence às regras do “Plano 2019”. Ressaltando que o mesmo programa teve duas outorgas, uma em 3 de março de 2022 e outra em 16 de outubro de 2022 mantendo as regras.

Em 12 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2024, vinculado ao Plano 2016 (“Primeiro Programa 2024 – Plano 2016”), e o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2024, vinculado ao Plano 2019 (“Primeiro Programa 2024 – Plano 2019”). Nesta mesma data, ambos os programas foram outorgados.

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

29.2 Composição

Abaixo se encontram os demonstrativos das quantidades outorgadas nos Planos organizados por ano e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como um detalhamento das premissas de cada outorga realizada nesses planos

Programa	Saldo em 01/01/2024	Exercidas	Canceladas	Saldo em 31/12/2024
2016 - Primeiro programa	264.000	(264.000)	-	-
2016 - Segundo programa	557.160	(152.937)	(174.888)	229.335
2019 - Primeiro programa	3.062.237	(52.900)	(1.499.352)	1.509.985
2020 - Segundo programa	330.281	(5.000)	-	325.281
2020 - Primeiro programa	1.870.000	(122.882)	(617.244)	1.129.874
2022 - Segundo programa - outorga março 2022	300.000	-	-	300.000
2022 - Segundo programa - outorga agosto 2022	200.000	-	-	200.000
2023 1º Programa - Plano 2019	136.000	(60.000)	(8.000)	68.000
2024 - 1º Programa	3.050.000	-	-	3.050.000
Total	9.769.678	(657.719)	(2.299.484)	6.812.475



Premissas básicas para o plano:	2016 1º Programa	2016 2º Programa	2019 1º Programa	2019 1º Programa março 2020	2019 2º Programa	2020 1º Programa	2020 2º Programa	2022 1º Programa	2022 2º Programa - março 2022	2022 2º Programa - agosto 2022	2023 1º Programa - Plano 2019	2024 - 1º Programa
Modelo de precificação	Black & Scholes	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Dividend yield	5,00%	1,31%	1,31%	1,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Volatilidade média anual esperada	23,63	34,96	34,96%	67,92%	76,00%	61,72%	47,08%	50,20%	63,72%	60,56%	56,85%	63,97%
Taxa de juros livre de risco	11,37	5,96	5,96%	6,25%	6,00%	9,69%	6,00%	12,35%	11,45%	11,37	12,24%	3,95%
Preço de exercício	4,00	14,80 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	15,44 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	25,50 corrigido por IPCA	26,25	21,39 corrigido por IPCA	22,28	21,58	8,26 corrigido por IPCA	8,49 corrigido por IPCA
Preço da ação considerado	4,81	20,97	20,97	22,35	27,43	29,63	26,36	23,28	21,90	23,27	8,20	8,49
Prazo esperado do exercício	4,17 anos	2,77 anos	2,77 anos	2,77 anos	N/A	4,99 anos	1,16 anos	N/A	5,17 anos	5,62 anos	0,58 anos	7,00 anos
IGP-M	N/A	4	4	3,5	3,7	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço da opção na data da concessão por ação	2,05	11,33	10,55	14,49	14,18	11,61	11,61	29,20	21,90	21,39	8,20	8,49

30. RECEITAS LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

30.1 Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

- **Venda de mercadorias no varejo:** O Grupo opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.
- **Venda de mercadorias no atacado:** O Grupo opera como a distribuição dos produtos da marca “Nike” em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. Isso ocorre quando o cliente esteja de acordo com o contrato de venda e os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados pelo cliente no centro de distribuição.

Os produtos Nike podem ser vendidos com desconto por volume. Nessas situações, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes.

- **Venda de mercadorias por meio da plataforma digital:** O Grupo opera com comércio eletrônico por meio dos sites centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens foram transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.
- **Prestação de serviços logísticos:** O Grupo reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
- **Prestação de serviços audiovisual:** As controladas do Grupo SBF possuem também como atividade o desenvolvimento de atividades na área de comunicação social, incluindo, mas não se limitando a filmagens em geral, elaboração e edição de vídeos, produção e distribuição audiovisual na internet e comercialização de espaços publicitários. O Grupo

reconhece a receita ao longo do tempo, utilizando o método de insumo para mensurar o progresso que melhor reflita o seu desempenho, portanto, as receitas são reconhecidas com base nos esforços do Grupo para a satisfação da obrigação de performance.

- **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade:** A FitDance reconhece receitas com cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo os pagamentos realizados por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato.
- **Subvenção governamental:** O Grupo realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico.

Em 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS.

A partir de julho de 2021, a controlada indireta Fisia efetuou a migração das operações da plataforma digital (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS.

Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, o Grupo reconheceu o incentivo fiscal dessas operações por meio de sua controlada indireta Fisia. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 somaram o montante de R\$ 343.783, correspondente ao incentivo fiscal de crédito presumido (R\$ 301.561 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 281.198 correspondente ao incentivo fiscal de crédito presumido e R\$ 20.363 correspondente à redução de base).

30.2 Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	9.127.483	8.899.995
Prestação de serviços	140.692	141.323
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(2.162.684)	(2.076.734)
ICMS - Incentivo Fiscal	343.783	301.561
PIS e COFINS - Incentivo Fiscal	(17.384)	-
Prestação de serviços	(21.578)	(20.996)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(258.598)	(256.478)
Reservas e Provisões	-	-
Abatimento dos serviços	-	-
Receita líquida de vendas	7.151.714	6.988.671

Canais de venda

A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), atacado (distribuição produtos Nike) e plataforma digital está apresentada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Lojas físicas	4.886.379	4.615.261
Atacado	1.175.738	1.324.606
Plataforma digital	3.065.366	2.960.128
Receita Bruta	9.127.483	8.899.995

Região geográfica

Em termos de região geográfica, as vendas do Grupo estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	31/12/2024	31/12/2023
Sudeste	5.595.502	5.534.184
Nordeste	1.081.752	1.044.258
Sul	1.332.456	1.401.078
Centro - Oeste	753.954	631.438
Norte	363.819	289.037
Receita bruta de vendas	9.127.483	8.899.995

Sazonalidade trimestral da receita líquida

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no 4º trimestre. No caso do Grupo, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro.

	31/12/2024	31/12/2023
1º trimestre	1.495.220	1.472.122
2º trimestre	1.713.937	1.593.145
3º trimestre	1.770.288	1.793.263
4º trimestre	2.172.269	2.130.141
Receita líquida de vendas	7.151.714	6.988.671

31. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS – CONSOLIDADO

31.1 Política contábil

Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.

31.2 Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Custo da revenda de mercadorias	(3.582.653)	(3.617.938)
Custo de fretes e logística	(24.163)	(24.870)
Custo de serviço de produção audiovisual	(31.773)	(31.192)
Total	(3.638.589)	(3.674.000)

32. DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO

Despesas com vendas	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Pessoal	(675.896)	(660.192)
Publicidade e propaganda	(517.712)	(492.702)
Fretes e transportes (a)	(246.402)	(145.364)
Depreciação de direito de uso	(165.044)	(183.723)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(140.567)	(140.976)
Utilidades e serviços	(117.828)	(121.866)
Serviços de terceiros (a)	(91.866)	(257.988)
Ocupação	(88.667)	(82.854)
Depreciação e amortização	(88.604)	(83.019)
Informática e telecomunicações	(53.193)	(56.283)
Embalagens e outros materiais	(27.480)	(29.051)
Contencioso e despesas jurídicas	(15.157)	(19.282)
Outras despesas	(2.087)	(4.541)
Total despesas com vendas	(2.230.503)	(2.277.841)

- (a) A redução dos custos com serviços de terceiros e o aumento dos custos com fretes e transportes se deve à migração para um centro de distribuição próprio das operações da controlada indireta Fisia.

Despesas administrativas e gerais	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Pessoal	(318.270)	(206.452)
Publicidade e propaganda	(10.264)	(10.966)
Fretes e transportes	(558)	(806)
Depreciação de direito de uso	(22.134)	(20.819)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(7.687)	(6.890)
Utilidades e serviços	(26.756)	(25.397)
Serviços de terceiros	(32.855)	(32.698)
Ocupação	(6.558)	(5.954)
Depreciação e amortização	(120.877)	(97.844)
Informática e telecomunicações	(77.626)	(69.354)
Embalagens e outros materiais	(168)	(453)
Contencioso e despesas jurídicas (b)	(51.934)	(30.529)
Outras despesas	(12.667)	(9.438)
Total despesas administrativas e gerais	(688.354)	(517.600)

- (b) Em 2024, o montante de R\$ 11.993 refere-se à reversão da Provisão para riscos tributários, líquida da constituição dos Impostos parcelados, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 14.

(*) Os saldos originalmente apresentados nessas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As principais alterações foram: (i) de "utilidades e serviços" para "informática e telecomunicações" e "frete e transportes"; (ii) de "serviços de terceiros" para "utilidades e serviços"; e (iii) de "ocupação" para "utilidades e serviços". As mudanças mencionadas não alteram os totais de despesas com vendas e despesas administrativas.

33. RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

33.1 Políticas contábil

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

33.2 Composição

Receitas financeiras	31/12/2024	31/12/2023
Variação cambial ativa	105.563	158.010
Receitas de aplicações financeiras	60.805	19.597
Atualização monetária de impostos	51.995	35.539
Atualização monetária de depósitos judiciais	9.091	32.096
Juros e multas recebidos	1.797	2.457
Outras receitas financeiras	914	979
Descontos obtidos	182	689
Juros sobre mútuos	39	-
PIS/COFINS s/ receita financeira	(8.856)	-
Total receitas financeiras	221.530	249.367
Despesas financeiras	31/12/2024	31/12/2023
Juros e custo de captação sobre debêntures	(154.335)	(184.664)
Juros de arrendamento mercantil	(126.549)	(134.400)
Variação cambial passiva	(109.909)	(146.188)
Juros sobre contencioso (a)	169.209	(36.190)
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	(27.352)	(34.003)
Juros sobre parcelamento de tributos	(13.903)	(8.105)
Outras despesas financeiras	(11.051)	(13.714)
Tarifas e taxas bancárias	(4.578)	(10.176)
Juros sobre atraso de impostos	(5.033)	(1.762)
Juros sobre pagamentos em atraso	(1.593)	(2.970)
Impostos sobre operações financeiras	(416)	(1.524)
Juros sobre operações de venda de recebíveis	(45)	(16.669)
Total despesas financeiras	(285.555)	(590.365)

- (a) Em 2024, o montante de R\$ 228.334 refere-se à reversão dos juros sobre contencioso tributário, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 14.

34. COMPROMISSOS

O Grupo SBF possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pelo Grupo como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC – 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidos entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da FitDance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

Em 2024, houve o pagamento de R\$7.000 referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as condições estabelecidas em contrato.

Adicionalmente, em 2024, foi reconhecido o montante de R\$ 13.000 a pagar aos sócios vendedores como parcela de *Earn-Out* referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

35. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo SBF e suas controladas mantêm apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo SBF e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco		Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Frota de veículos		R\$ 500
Transportes	Transportes nacionais		R\$ 14.000.000
Transportes	Transportes internacionais		US\$ 386.185
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador		R\$ 50.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers		R\$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes		R\$ 859.542

* * *

Pedro Zemel
CEO

José Luís Salazar
CFO

Patrícia Vieira
CRC 1SP232718/O

Certificate Of Completion

Envelope Id: 7F93AA74-6D01-4F62-AA30-F29280CA8825
Subject: Complete with Docusign: GRUPOSBF24.DEZ.PDF
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Source Envelope:
Document Pages: 112
Certificate Pages: 2
AutoNav: Enabled
Envelopeld Stamping: Enabled
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed

Envelope Originator:
Daniela Queiroz
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
daniela.queiroz@pwc.com
IP Address: 134.238.160.201

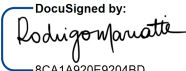
Record Tracking

Status: Original 17 March 2025 18:15	Holder: Daniela Queiroz daniela.queiroz@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 17 March 2025 18:45	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Rodrigo Marcatti
rodrigo.marcatti@pwc.com
Sócio
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

Signature

DocuSigned by:

8CA1A920E9204BD...

Signature Adoption: Uploaded Signature Image
Using IP Address: 201.56.5.228

Timestamp

Sent: 17 March 2025 | 18:17
Viewed: 17 March 2025 | 18:44
Signed: 17 March 2025 | 18:45

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Daniela Queiroz
daniela.queiroz@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

COPIED

Sent: 17 March 2025 | 18:45
Viewed: 17 March 2025 | 18:45
Signed: 17 March 2025 | 18:45

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	17 March 2025 18:17
Certified Delivered	Security Checked	17 March 2025 18:44
Signing Complete	Security Checked	17 March 2025 18:45
Completed	Security Checked	17 March 2025 18:45
Payment Events	Status	Timestamps